

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

LARISSA CRISTINA NASCIMENTO DE SOUZA

ENTRE VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA:

**Risco, proteção e subjetividade em adolescentes que vivem em situação de rua em
Manaus**

MANAUS

2021

LARISSA CRISTINA NASCIMENTO DE SOUZA

ENTRE VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA:

**Risco, proteção e subjetividade em adolescentes que vivem em situação de rua em
Manaus**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais

Orientadora: Prof^a Dr^a Gisele Cristina Resende

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas

MANAUS

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729e Souza, Larissa Cristina Nascimento de
Entre vulnerabilidade e resiliência: risco, proteção e subjetividade em adolescentes que vivem em situação de rua em Manaus / Larissa Cristina Nascimento de Souza . 2021
98 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Gisele Cristina Resende
Coorientadora: Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais)
Universidade Federal do Amazonas.

1. Vulnerabilidade. 2. Resiliência. 3. Subjetividade. 4. Risco . I. Resende, Gisele Cristina. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LARISSA CRISTINA NASCIMENTO DE SOUZA

ENTRE VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA:

**Risco, proteção e subjetividade em adolescentes que vivem em situação de rua em
Manaus**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais

Aprovado em 25 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gisele Cristina Resende

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Orientadora/Presidente

Prof.^a Dr.^a Cláudia Regina Brandão Sampaio

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Membro Interno PPGPSI

Prof. Dr.^a Consuelena Lopes Leitão

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Membro Externo

MANAUS

2021

Ao vovô Pio (in memoriam), cujo empenho e amor contribuíram para a criação da minha mãe, tias e primas. Sua falta será eternamente sentida.

Ao tio Manel (in memoriam), que prematuramente nos deixou. Os momentos de alegria que trouxe à nossa família jamais serão esquecidos.

Ao tio Jaime (in memoriam), meu tio-amigo de infância. Prometo manter em meu coração a pureza com que me ensinou a ver a vida.

À todos os profissionais da área da saúde, agentes fundamentais no momento que vivemos, por toda doação feita aos pacientes e seus familiares, ainda que atuando em cenários devastadores.

À todas as famílias que durante esta pandemia perderam entes queridos. Na ausência de palavras, peço à Deus que lhes conforte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pela dádiva da vida e pelos dons que me concedeu para que pudesse realizar este trabalho.

Aos meus pais Flávio e Isabel, por terem me gerado e criado com tanto amor. Agradeço por estarem sempre ao meu lado, por me apoiarem ao longo de toda a minha existência e por me fazerem acreditar na minha capacidade. Serei eternamente grata à todo investimento afetivo e financeiro que fizeram em mim.

À minha irmã Thaísa, pelo apoio incondicional que me ofereceu, mesmo na época da conclusão do seu curso. Agradeço por toda criticidade, afeto e por existir na minha vida.

Ao meu namorado Diego, pela compreensão e paciência demonstrada durante todo o período de construção desta dissertação. Agradeço pelo auxílio na fase prática da minha pesquisa, indispensável para a conclusão desta produção e por me lembrar a cada amanhecer o quanto as pessoas podem ser excepcionais.

À minha orientadora Gisele, com quem compartilhei minhas dúvidas e angústias a respeito do tema e com quem tive uma das melhores experiências na universidade e na pesquisa. Agradeço por todos os conhecimentos compartilhados, pelo profissionalismo e entusiasmo com que conduziu nosso trabalho, mesmo com sua intensa rotina.

À minha professora Cláudia, inspiração desde o início da minha trajetória acadêmica, por aceitar conduzir o meu projeto de pesquisa durante o processo seletivo. Agradeço por todas as oportunidades teóricas e práticas de contato com a Psicologia Social e seus temas; estas foram decisivas para minha formação pessoal e profissional.

À todos os meus professores do curso de Psicologia da UFAM, desde a graduação até este momento, pela elevada qualidade do ensino oferecido. Todos foram divisores de águas na minha vida.

À todos os meus amigos de turma, com quem compartilhei inúmeros desafios. Agradeço em especial à Larissa, ao Samuel, ao Alexandre e ao Cícero, meus parceiros de discussão e crescimento nos momentos mais desafiadores desta jornada.

À Daniele, profissional humana e rara, por toda ajuda prestada desde o meu primeiro contato com o campo estudado.

À todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho.

À CAPEs, pelo financiamento concedido para a realização desta pesquisa.

*Alguns homens vêem as coisas como são, e dizem 'Por quê?' Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo 'Por que não?'
George Bernard Shaw*

RESUMO

A infância e a adolescência são aspectos da humanidade que são construídos em um contexto histórico-cultural e não são características humanas prontas e únicas. Cada pessoa terá a possibilidade de vivê-las e de construir sua identidade social. Crianças e adolescentes que se encontram em situação de vivência nas ruas compõem um quadro no qual uma das principais características é a violação de direitos, o que causa invisibilidade, aumentando os fatores de risco que permeiam esse contexto de vulnerabilidade social, requerendo resiliência para superar as adversidades. Entendendo a resiliência como processo e partindo da ideia de que sua construção se dá necessariamente em um contexto constituinte de subjetividade, o atual projeto objetivou compreender o processo de resiliência de adolescentes que “habitam as ruas” e os fatores de risco e proteção envolvidos nessa situação de vulnerabilidade. Para tanto, utilizamos a Epistemologia Qualitativa, desenvolvida por Gonzalez Rey para a produção de conhecimento científico sobre a subjetividade numa perspectiva histórico-cultural. Os participantes do trabalho foram dois adolescentes, ambos com 12 anos de idade, sendo um de cada sexo. Os mesmos foram abordados por meio de sistemas conversacionais, onde os sujeitos (re) produziram aspectos da sua realidade e de suas práticas sociais, através de suas reflexões e de seus sentidos subjetivos que foram audiogravados durante a conversação e registrados em diário de campo pela pesquisadora. Os dados foram sistematizados e interpretados a partir do modelo de análise construtivo-interpretativo da Teoria da Subjetividade. Os principais achados apontam para a ideia de que a subjetividade dos adolescentes é construída a partir de suas vivências cotidianas, ou seja, da relação estabelecida com as pessoas e o meio, quer as favoreçam, enquanto proteção na comunidade, ou simbolizem riscos. Almejou-se ao término da atividade discutir sobre como fortalecer e promover fatores que contribuem para o desenvolvimento destes, além de minimizar riscos e reduzir o quadro de vulnerabilidades às quais esses sujeitos estão expostos.

Palavras-chave: Adolescentes. Resiliência. Subjetividade.

SUMMARY

Childhood and adolescence are aspects of humanity that are built in a cultural - historical context and are not ready and unique human characteristics. Each person will have the possibility to live them and to build their social identity. Children and adolescents living in the streets make up a situation in which one of the main characteristics is the violation of rights, which causes invisibility, increasing the risk factors that permeate this context of social vulnerability, requiring resilience to overcome the adversities. Understanding resilience as a process and starting from the idea that its construction takes place necessarily in a context that constitutes subjectivity, the current project aimed to understand the resilience process of adolescents who “inhabit the streets” and the risk and protection factors involved in this situation of vulnerability. For that, we used Qualitative Epistemology, developed by Gonzalez Rey for the production of scientific knowledge about subjectivity in a historical - cultural perspective. The study participants were two adolescents, both 12 years old, one of each gender. They were approached through conversational systems, where the subjects (re) produced aspects of their reality and their social practices, through their reflections and subjective senses that were audio recorded during the conversation and recorded in a field diary by the researcher. The data were systematized and interpreted from the constructive - interpretive analysis model of the Theory of Subjectivity. The main findings point to the idea that the subjectivity of adolescents is built from their daily experiences, that is, from the relationship established with people and the environment, whether they favor them, as protection in the community, or symbolize risks. The aim of the activity was to discuss how to strengthen and promote factors that contribute to the development of such, in addition to minimizing risks and reducing the number of vulnerabilities to which these subjects are exposed.

Keywords: Adolescents. Resilience. Subjectivity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CONEP – Comitê Nacional de Ética em Pesquisa
- COVID-19 – Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus)
- CSPA – Centro de Serviços de Psicologia Aplicada
- CV – Comando Vermelho
- DOU – Diário Oficial da União
- DST's – Doenças sexualmente transmissíveis
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- FDN – Família do Norte
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LAPESAM - Laboratório de Avaliação Psicopedagógica, Educacional, Histórico Cultural da Amazônia
- MEC – Ministério da Educação
- MS – Ministério da Saúde
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONG's – Organizações não-governamentais
- OPAS – Organização Pan-americana da Saúde
- PPGPSI – Programa de Pós-graduação em Psicologia
- SEJUSC – Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
- UFAM – Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I CONCEITUAÇÃO TEÓRICA	16
1.1 Infância e adolescência: uma construção sócio-histórica e subjetiva	16
1.2 Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: a evolução histórica do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos.....	20
1.3 O adolescente e suas vivências no espaço social das ruas: a vulnerabilidade de um sujeito reflexivo-participativo	22
1.4 Resiliência: construção e processo.....	25
1.5 Epistemologia qualitativa, subjetividade e resiliência: uma revisão integrativa de produções científicas	32
II PERCURSO METODOLÓGICO.....	41
2.1 O delineamento adotado	41
2.2 Instrumentos e estratégias utilizadas para a construção do conhecimento	42
2.3 Participantes	43
2.4 Caracterização do campo de estudo	45
2.4.1 Conhecendo o local da pesquisa	46
2.5 Contexto temporal	52
2. 6 Considerações éticas	54
III CONHECENDO AS SUBJETIVIDADES - A COMUNIDADE E OS ADOLESCENTES	56
3.1 A proteção social através da organização da comunidade	56
3.2 Tauane e Iberê: inúmeras vivências versus pouca idade cronológica	60
IV CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RUA ENQUANTO ESPAÇO DE SUBJETIVAÇÃO	78
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	89
Anexo A. Parecer Consubstanciado do CEP	90
Anexo B. Termo de Anuência do CSPA	92
Anexo C. Carta de apresentação	93
Anexo D. Declaração de consentimento do Conselho Tutelar para a pesquisa	94
Anexo E. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	95
Anexo F. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	96

INTRODUÇÃO

Baseada no interesse acadêmico e na busca pela compreensão de um fenômeno social, a problemática norteadora dessa pesquisa se desenvolveu em torno das intervenções realizadas junto à população das pessoas que se encontram em situação de vivência nas ruas - de modo mais específico adolescentes - preconizando que estas, deveriam buscar reconstituir as trajetórias de vida dos envolvidos de modo relacional, considerando que muitos destes jovens têm nas ruas sua única ou maior referência, social e afetiva.

Entendendo a resiliência como processo e partindo da ideia de que sua construção se dá necessariamente em um contexto constituinte de subjetividade, almejamos ao término deste trabalho discutir sobre como fortalecer e promover fatores que contribuam para o desenvolvimento de tal, além de minimizar riscos e reduzir o quadro de vulnerabilidades às quais esses sujeitos estão expostos.

Em termos institucionais esta pesquisa se encontra vinculada ao Laboratório de Avaliação Psicopedagógica, Educacional, Histórico Cultural da Amazônia (LAPESAM – UFAM), campus de Humaitá, integrante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAM (PPGPSI – UFAM), que foi criado em 2009 através da publicação do Parecer nº 122/2009 do MEC e publicada no DOU de 19/6/2009, sendo até então o único curso de mestrado em Psicologia no Estado do Amazonas. Além disso, a mesma está inserida na linha de pesquisa de Processos Psicossociais, que trata de pesquisas relacionadas à produção da subjetividade presente no comportamento humano nas diversas dimensões psicossociais, na relação entre pares ou entre grupos sociais, ou na relação pessoa-ambiente, buscando compreender essa produção psicossocial e cultural numa perspectiva histórica e socioambientalmente contextualizada na realidade amazônica.

A escolha de pesquisar o tema abordado nesta dissertação perpassa a minha trajetória acadêmica, durante os anos em que realizei estágios na área da socioeducação. Foi na rotina diária de convivência e escuta de jovens em conflito com a lei, que após identificar como recorrente a questão da vulnerabilidade de direitos, surgiu o desejo de pesquisar profunda e cientificamente esta temática.

Atuações profissionais anteriores me permitiram constatar que raramente é reconhecida a voz ativa e legítima (produto de conhecimento científico) que o público que vive em situação de violação de direitos possui. Além disso, ouvir as trajetórias de vida dos adolescentes, contadas por eles mesmos, lhes permitem exercitar um protagonismo necessário e transformador.

Grupos de estudo, projetos de extensão e estágios, tudo serviu para que aumentasse meu interesse em entender de que maneira os adolescentes constroem os processos de subjetivação de sua trajetória de vida no seu contexto social, o que ganhou força com as discussões sobre resiliência e seus desdobramentos.

A escolha pelo ambiente das ruas foi realizada após um episódio de violência presenciado, que reunia em um único ato todas as inquietações de pessoas e pesquisadora: crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, fatores protetivos e de risco e alternativas de ressignificação de problemas e produções subjetivas.

Todas essas experiências serviram para despertar ainda mais o anseio de atuar junto à esse público, principalmente quando no enfrentamento da violência e marginalização sofrida por muitos, e a partir disso, surgiu o problema dessa pesquisa que se concretiza na seguinte pergunta: de que maneira se dá a promoção de proteção e resiliência no contexto de vivência nas ruas da cidade de Manaus, segundo a percepção dos adolescentes que as vivenciam?

Para tanto, foi definido como **objetivo geral**: compreender os sentidos subjetivos de risco e proteção envolvidos no processo de resiliência de adolescentes que vivem em situação de rua e vulnerabilidade. E como **objetivos específicos**:

1. Identificar e analisar os fatores de risco e proteção que permeiam o campo estudado, segundo a subjetividade dos sujeitos pesquisados; e,
2. Compreender o processo de apropriação do significado das relações experienciadas na vivência das ruas.

A contribuição mais relevante deste trabalho está vinculada à uma demanda social, uma vez que visa o combate da violação de direitos e da exclusão social (relacionadas à questões de moradia, ensino e trabalho, marginalização e representações sociais negativas deste público). Além disto, um dado frequentemente encontrado na revisão de literatura sobre este tema poderia ser investigado: o aumento da criminalidade cometida por essa população, bem como da violência sofrida pelos mesmos, sejam elas de ordem física, psicológica, financeira, institucional, sexual ou através da adoção ilegal, discriminação, negligência e abandono, trabalho infantil, entre outras,

A realização desta pesquisa justificou-se também pelo potencial da mesma proporcionar discussão e (re)elaboração das políticas públicas existentes, que em sua grande maioria são higienistas.

As garantias constitucionais de dignidade da pessoa humana e do direito à moradia já apontam essa responsabilidade ao Estado. Contudo, para maior

aprofundamento na questão, também foram criadas leis específicas acerca dessa população. A principal delas foi a Política Nacional para População em Situação de Rua, implementada em 2008, na qual há uma série de determinações, como a capacitação de profissionais do Direito, a oferta de serviços de assistência social, na inclusão da população na intermediação de empregos, na criação de alternativas de moradia, entre muitas outras (BRASIL, 2008). Entretanto, no cumprimento dessas políticas nota-se a intervenção focada na redução de riscos em detrimento à promoção de fatores protetivos, além do interesse em diminuir o índice de pessoas que se encontram em situação de moradia nas ruas.

A partir dos resultados da pesquisa esperamos ainda que, seja possível, desenhar um novo contexto histórico, geográfico e cultural, capaz de melhorar a qualidade de vida da comunidade, contribuindo para a reconfiguração dos índices de cada região e promovendo a difusão das práticas de abordagens humanistas quanto ao enfrentamento de tal situação.

Como contribuição final também esperamos que este estudo possibilite a contemplação de uma demanda acadêmica, já que embora as pesquisas nesta área não sejam escassas, existem muitas lacunas quanto à informações regionais e nacionais.

Esta dissertação é composta por esta **introdução**, na qual apresentamos a **problemática, justificativa** e os **objetivos** da pesquisa e por mais três capítulos, além das considerações finais e anexos.

O primeiro capítulo agrega **conceitos teóricos** importantes para a compreensão da temática e aprofundamento do conhecimento sobre a área.

O segundo capítulo, relata de modo detalhado o **percurso metodológico** desenvolvido neste estudo, com a descrição dos procedimentos embasados na Epistemologia Qualitativa, isto é, apresentação das fases de pesquisa, participantes, instrumentalização e caracterização do campo de estudo (a cidade de Manaus e o bairro do Educandos) com objetivo de verificar o panorama vivido pelas pessoas que se encontram em situação de vivência nas ruas da nossa capital, tópico que traz conceitos relacionados ao tema e dados sociodemográficos importantes para essa contextualização e justificativa da escolha pelo bairro.

O terceiro capítulo, descreve a entrada no campo pesquisado elencando as principais impressões iniciais, além de fatos importantes para o entendimento da dinâmica de funcionamento do ambiente investigado e as **histórias de vida narradas pelos próprios adolescentes**, como forma de expressão dos processos de subjetivação dessas

trajetórias. Neste capítulo são apresentados trechos que narram acontecimentos marcantes na vida dos entrevistados, intercalados pelas construções teóricas e interpretações a ela referentes, de acordo com o embasamento teórico da pesquisa.

Por fim, trazemos **considerações** acerca do cumprimento dos objetivos da pesquisa, suas principais limitações e sugestões acerca de estudos futuros a partir do conhecimento construído a partir desse trabalho. Finalizamos com as **referências** e **anexos**.

I CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

1.1 Infância e adolescência: uma construção sócio-histórica e subjetiva

Dentre as produções que discorrem sobre a infância e juventude durante o século XXI, a minoria considera que suas características são constituídas através de um emaranhado de relações, ou seja, uma grande parte, não toma qualquer questão social como referência ou como elemento para compreender a forma como se apresentam esses fenômenos em nossa sociedade: a falta de políticas para a juventude, a desqualificação e inadequação das atividades escolares para a cultura jovem, o sentimento de apropriação que os pais têm em relação aos filhos, as contradições vividas, a distância entre o mundo adulto e o mundo jovem, a impossibilidade de autonomia financeira dos jovens que ou não trabalham ou sustentam a família, entre outras.

Outro fator importante de ser ressaltado é que o jovem apresentado na maioria dos textos, é membro das camadas de médio ou alto poder aquisitivo e não há, contudo, qualquer referência a isso; este, é tomado como universal, quando são evidentes as diferenças existentes entre os processos de subjetivação, dependendo da forma de inserção social do sujeito.

Em oposição à essa visão reducionista, a concepção de homem e de mundo que atravessa o presente estudo se encontra fundamentada na Teoria da Subjetividade (TS) proposta por Fernando González-Rey, situada por sua vez na abordagem Histórico-cultural da Psicologia.

Segundo a TS, é no contexto da cultura que os indivíduos operam na construção de si e do mundo e ao estudar a infância e a adolescência, a abordagem não faz perguntas do tipo “o que é a infância/ adolescência”, mas “como se constituiu historicamente este período do desenvolvimento”; isso porque, neste enfoque, só é possível compreender qualquer fato a partir da sua inserção na totalidade. Essa fase do desenvolvimento humano, é portanto, social e histórica. Pode existir hoje e não existir mais amanhã, ou existir em uma nova formação social, ou mais evidenciada em um determinado grupo do que em outro.

A perspectiva teórica que utilizamos como base para estudar a adolescência, concebe o fenômeno psicológico partindo de sua relação dialética com o mundo social, histórico e material e compreende o homem como ativo e em processo constante de desenvolvimento. Desse modo, a adolescência e seus fenômenos são entendidos como construções subjetivas dos sujeitos em interações sociais e inseridos num contexto concreto, histórico e cultural (BOCK, 2002).

O principal representante desta abordagem, Lev Seminovitch Vigotski, a partir das ideias de autores como Marx e Engels, Hegel e Darwin, formou sua base de entendimento de que: a) a psicologia é uma ciência do homem histórico e não do homem abstrato e universal; b) a origem e o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores é social; c) há três classes de mediadores: signos e instrumentos; atividades individuais e relações interpessoais; d) o desenvolvimento de habilidades e funções específicas, bem como a origem da sociedade, são resultantes do surgimento do trabalho - este entendido como ação/movimento de transformação - e que é pelo trabalho que o homem, ao mesmo tempo em que transforma a natureza para satisfazer as suas necessidades, se transforma também; e) existe uma unidade entre corpo e alma, ou seja, o homem é um ser total (BOCK, 2002).

Vigotski (1996) entende as manifestações humanas como o resultado do próprio desenvolvimento histórico. Os modos como os homens se relacionam com a natureza, entre si e consigo mesmo retratam a relação entre o espaço e o tempo, caracterizando fenômenos ligados ao movimento dos seres e das coisas. Esta dinâmica nos remete para o reconhecimento da complexidade dos fenômenos relativos ao desenvolvimento, considerando sua historicidade e suas raízes culturais, ou seja, o olhar sobre tais fenômenos se estrutura a partir da concepção de que o sujeito se constrói estabelecendo relações com o meio e consigo mesmo.

Segundo o autor, a infância e a adolescência se constituem a partir de um processo que se organiza em torno de uma unidade psíquica, física, mental, biológica e cultural. O ser, neste processo, é considerado como um sujeito social e histórico, que avança no seu desenvolvimento à medida que se inscreve no seu contexto e vivencia sua trajetória de transição, marcada de profundas mudanças internas e externas, que configuram um sistema mais amplo de desenvolvimento (PIMENTA, 2014).

Neste período ocorrem mudanças que correspondem, para Vigotski (1996), à saltos de qualidade em termos biológicos e psicológicos, vivenciados por momentos de crise e superação que os levam à ruptura com aquilo que era anterior.

Nesse sentido, a Teoria da Subjetividade, também utilizada como arcabouço teórico nesta pesquisa, foi desenvolvida por Fernando Luís Gonzalez Rey, e seguindo as ideias de Vigotski, defende a compreensão de que o ser humano é constituído a partir de sua flexibilidade durante sua história de vida, processo no qual seu pensamento atua por meio de situações que provoquem sua emoção.

Segundo Gonzalez Rey, por meio dessa flexibilidade, o sujeito intervém na produção de sua própria subjetividade e na constituição subjetiva dos espaços sociais em que atua. Nesse processo, a linguagem não aparece de forma isolada, produzida apenas a partir da cognição, mas surge no indivíduo repleta de sentido subjetivo, traduzindo emoções complexas do sujeito e gerando novas emoções. Ou seja, “a emoção é uma condição permanente na definição do sujeito. A linguagem e o pensamento se expressam a partir do estado emocional de quem fala e pensa” (GONZALEZ REY, 2003).

Por meio do pensamento e do exercício de novas práticas sociais, o sujeito encara permanentemente suas posições anteriores e enfrenta momentos em que rompe com o social, o que resulta no aparecimento de novos focos de subjetivação. O sujeito não é visto assim como uma espécie de produto do ambiente social em que vive, mas resultado de sua confrontação com o meio (GONZALEZ REY, 2003).

Gonzalez Rey (2003) considera que sua proposta de concepção da subjetividade a partir de uma compreensão histórico-cultural do homem é uma das possíveis continuações da obra de Lev Vigotski, uma vez que para o mesmo, não há aptidões e características especificamente humanas que tenham sido transmitidas por hereditariedade biológica; todas foram adquiridas

no decurso da vida por um processo de apropriação da cultura criada pelas gerações precedentes. Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. (Vigotski, 1978, p. 267)

O autor afirma que as características humanas e o mundo psicológico que estavam tomados na psicologia como um a priori do homem, algo de sua natureza humana, surgem agora como aquisições da humanidade e precisam ser resgatadas do mundo material para que o mundo psicológico se desenvolva, se humanize (PIMENTA, 2014).

Estas ideias são importantes para nossas reflexões porque: primeiro, não supõem um desenvolvimento natural; segundo, a diversidade que se apresenta como riqueza humana é construída pela humanidade por meio de sua ação transformadora sobre o mundo e, sendo assim, nada que se apresente em nosso mundo nos deve ser estranho; terceiro, se a humanidade é transmitida e apropriada pelo indivíduo a partir de seu contato com os instrumentos da cultura, fica evidente que as diferenças sociais, que implicam diferentes graus de acesso a ela, serão produtoras de diferenças no desenvolvimento psicológico dos homens

A Teoria da Subjetividade considera que o desenvolvimento é singular, processual e holístico, e resulta da integração dos sentidos subjetivos produzidos de forma viva, dinâmica e contraditória nas várias esferas da vida do sujeito e no confronto entre a subjetividade individual e a subjetividade social (GONZALEZ REY, 2007).

O conceito de subjetividade, como definido na teoria, rompe com as dicotomias estabelecidas no pensamento moderno, tais como indivíduo/sociedade, intelectual/emocional, interno/externo mediante um modelo teórico que assume a psique humana a partir de seu caráter gerador dentro da trama cultural na qual as pessoas e grupos participam.

Gonzalez Rey registra que a subjetividade é

um sistema em desenvolvimento permanente, implicado sempre com as condições de sua produção, embora com uma estabilidade que permite definir os elementos de sentido constituintes das configurações dominantes do sujeito em relação às principais atividades e posições que o ocupam em cada momento concreto da vida. (GONZALEZ REY, 2009a, p.173)

Nesse sentido, a produção subjetiva depende dos espaços de subjetivação que são produzidos dentro da cultura e da experiência vivida no tempo subjetivo das pessoas, mas dita produção não é um efeito direto dos repertórios proporcionados pela própria cultura, a saber: rituais, práticas, concepções e símbolos. É por isso que a subjetividade, dentro da sua processualidade, mantém uma relação paradoxal com a cultura e a história: por um lado, se constitui nelas, por outro sua produção se singulariza, rompendo com as restrições que impõem a cultura e a história (GONZALEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

A concepção de subjetividade enquanto sistema em constante desenvolvimento, articulado com as condições de sua produção nos permite pensar que a pessoa não se constitui apenas enquanto respostas às questões de ordem fisiológica, psicológica, laboral, afetiva, familiar, social em uma relação direta. Essa forma de pensar a subjetividade como sistema, rompe com os determinismos socioculturais e biológicos que têm caracterizado a história do pensamento psicológico.

Gonzalez Rey (2003) considera a necessidade de superar a visão mecanicista de ver cultura, sujeito e subjetividade como fenômenos separados e passar a vê-los como fenômenos que se integram. Seu conceito de subjetividade é uma tentativa de superar a dicotomia entre o social e o individual. O esforço teórico do autor, em sua passagem da psicologia geral para a psicologia social, o ajudou a pensar uma teoria de personalidade

de base histórico-cultural, o que o fez “[...] pensar na psicologia social com uma base teórica dialética e complexa, na qual o individual e o social não constituiriam uma dicotomia, nem se excluíam reciprocamente”. (GONZALEZ REY, 2003) É nesse esforço teórico de integração do individual com o social que surge a aceção de subjetividade social.

A proposta de Gonzalez Rey (2003) surge como mais uma possibilidade de se compreender o indivíduo e sua atuação no mundo, e nesse sentido, a criança e o adolescente são investigados dentro desta perspectiva e através de um viés que defende a proposição de que o homem é constituído a partir de sua flexibilidade durante sua história de vida, processo durante o qual seu pensamento atua por meio de situações que provoquem sua emoção.

As condições reflexiva, crítica e assumida ante os múltiplos contextos da vida implicam a responsabilidade que tem o sujeito com sua capacidade autoral na modificação das tramas sociais com as quais interage. Dessa forma, o sujeito emerge nos espaços de tensão gerando um caminho alternativo de subjetivação dentro dos espaços (GONZALEZ REY, 2017).

1.2 Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: a evolução histórica do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos

Desde a formação do Estado imperial brasileiro até o início da República Velha, os olhares sobre a criança no Brasil passaram por questões de saúde (preocupação liderada pela Medicina higienista), pela responsabilidade penal (Código Criminal de 1830), pela assistência aos filhos de escravas, nascidos após o início da vigência da Lei do Ventre Livre, também chamados de “ingênuos” e pela assistência à criança órfã ou abandonada, que se dava, em grande parte, através do seu acolhimento em instituições mantidas pela Igreja Católica, notadamente as Santas Casas de Misericórdia, que geralmente acolhiam as crianças através das “rodas de expostos” (RIZZINI, 2000).

No período da República Velha as atenções voltaram-se para a criança enquanto “problema social”, intensificando-se o recolhimento de “vadios” nas ruas da Capital Federal. Entrou em vigor o Código Penal de 1890, que instituiu a responsabilidade penal a partir dos 09 anos de idade, legitimando, assim, a repressão e a internação de crianças e adolescentes nas chamadas casas de correção ou reformatórios, instituições destinadas a “menores delinquentes e abandonados” (RIZZINI, 2000).

Na década de 1920, como apontado por Saraiva (2002), houveram importantes marcos referentes à questão infante –juvenil: em 1921, na cidade do Rio de Janeiro, foi criado o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinqüente; em 1923, foi instituído o Juízo de Menores no Distrito Federal; e, em 1927, entrou em vigor o primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido como “Código Mello Mattos”, que consolidou normas de assistência e proteção aos menores. O Código de Menores de 1927 tinha forte caráter assistencialista, protecionista e controlador, se sustentando através de mecanismos de tutela, guarda, vigilância, reeducação e reabilitação.

No Governo Vargas, época em que se pregava a imagem de um Estado neutro e se consideravam o trabalho e a família como os principais objetos de intervenção assistencial, pode-se dizer que a preocupação do Estado com a criança tinha forte cunho assistencialista. Nesse período, através do decreto de lei nº 3.799, de 05-11-41, criou-se o Serviço de Assistência a Menores, destinado a atuar junto aos menores “desvalidos e delinqüentes”, que foi extinto e substituído pela PNBEM (Política Nacional de Bem-Estar do Menor), após denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes institucionalizadas (SARAIVA, 2002).

Na década de 1980, iniciou-se no país forte mobilização da sociedade brasileira em torno dos direitos da infância e da adolescência, a qual culminou na Constituição Federal de 1988, conforme artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, 2006, p.142.)

A regulamentação do artigo 227 da Constituição Federal ocorreu com a promulgação da Lei Federal nº 8.069, Estatuto da Criança e do adolescente – ECA, em 13 de julho de 1990, sendo considerada uma doutrina de proteção integral da criança e do adolescente. O ECA vem ao encontro com o desejo social daqueles que consideram essa fase da vida como uma condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e compreendem que a criança e o adolescente devem ser reconhecidos conforme sua idade, tendo garantia do direito à sobrevivência, ao desenvolvimento e à integridade, sem distinção. Ou seja, as crianças e adolescentes passaram a ser vistos como cidadãos em desenvolvimento com direitos.

Ao falarmos de proteção integral temos a necessidade de falar em direito e cidadania dando uma dimensão social à mesma, ou seja, cidadania” é o poder que a pessoa exerce de manifestar vontade eficaz para ter atendidas 14 suas necessidades básicas sempre que elas forem ameaçadas ou violadas”. (grifos do autor). (SÊDA, 1995, p.16)

O ECA esclarece logo em seu primeiro artigo que “esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. No art. 2º, expõe a definição legal de “criança” e de “adolescente”, estabelecendo que “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. O ECA atribui a toda e qualquer criança e adolescente, sem distinção, uma série de direitos especiais, reconhecendo a sua “condição de pessoa em desenvolvimento” (art. 6º) (BRASIL, 1990).

Ao contrário do Código de Menores de 1979, que criou um verdadeiro estigma ao voltar a atenção do Estado para “menores em situação irregular”, o Estatuto não estabelece distinções entre “tipos” de crianças e de adolescentes. Na verdade, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que pode estar em “situação irregular” é o Estado ou a sociedade, jamais a criança ou o adolescente. O Estatuto reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral (art. 3º) e do reconhecimento de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, impõe à família, à sociedade e ao Estado, na mesma linha da Constituição da República (art. 227, caput), o dever de assegurar, com prioridade absoluta, a efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente (art. 4º, caput) e define o que se deve entender por “prioridade absoluta” (art. 4º, parágrafo único) (BRASIL, 1990).

A partir do ECA o exercício da cidadania pelas crianças e adolescentes, passa a ser direito de todos e dever da família, da sociedade e do Estado, pois estes são compreendidos como sujeitos de direitos em uma fase peculiar de desenvolvimento.

1.3 O adolescente no espaço social das ruas: a vulnerabilidade de um sujeito reflexivo-participativo

Gonzalez Rey (2003) entende o público-alvo da pesquisa como sendo composto por sujeitos de pensamento, emoção e linguagem, os chamados “sujeitos reflexivos e participativos”. Para o autor a reflexibilidade e a participação são elementos essenciais à existência do ser humano enquanto sujeito.

Segundo o autor, a reflexibilidade é uma característica do sujeito com a qual está comprometida a produção de sentidos subjetivos em todas as esferas da vida (KOSHINO, 2011). A busca pela compreensão de configurações subjetivas no espaço social de ocupação das ruas então, passa pelo estudo dos modos de pensar e de agir nesse espaço, ambos identificados a partir das expressões dos sujeitos que formam o grupo de pesquisa, no caso dos adolescentes entrevistados.

Como já dito anteriormente, as relações estabelecidas entre a pessoa e o meio no qual ela vive, bem como suas condições econômicas, sociais e culturais a constroem, e por esse motivo afirmamos que a adolescência é desenvolvida a partir de diferentes realidades, onde em todas deveriam existir a garantia de direitos sociais (RIBEIRO, UVALDO, FONÇATI, AUDI, AGOSTINHO E MALKI, 2016).

Autores como Martins (2004) fazem críticas a não garantia dos direitos estabelecidos pelo ECA, devido ao caráter assistencialista ainda conservado nessas ações.

Embora esteja prevista em uma série de planos governamentais, dentre os quais podemos citar o Plano Plurianual 2016-2019, Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, a atenção especial ao grupo que vive em contextos de vulnerabilidade extrema ainda enfrenta desafios relacionados, por exemplo, à falta de documentação necessária para acessar os serviços e programas sociais.

Em Manaus, capital do Amazonas, existem vários fatores que contribuem para a prestação de um deficitário serviço de proteção social à população, à exemplo têm-se a deficiência relacionada às estruturas institucionais; a escassez de recursos materiais, financeiros e humanos e o despreparo das equipes técnicas no atendimento das demandas, que por vezes é realizado de forma descompromissada e desprovida de qualificação técnica e ética. A realidade é que não só na nossa cidade, mas em todo o Brasil, milhares de crianças e adolescentes estão expostos às mais diversas formas de violações de direitos em seus aspectos físicos, emocionais, morais, sexuais, psicológicos e culturais, estes direitos estão sendo velados pelo silêncio e omissão seja por parte dos entes do estado, sociedade ou da própria família (RODRIGUES, 2016).

Segundo Yamamoto e Oliveira (2010) a maioria das ações e programas, em particular da política de assistência social, têm um caráter emergencial, descontínuo e compensatório, de modo que a abordagem social segue sendo realizada, na maioria dos casos, de forma violenta e impulsionada por demandas sociais baseadas na cultura do medo. A literatura também aponta que o programa assistencial de transferência de renda

mais expressivo na atualidade do país é o Programa Bolsa Família, que reconhecidamente contribui para o alívio da situação de pobreza e desigualdades, além do aumento da frequência escolar e maior efetivação na agenda de acompanhamento da saúde (DIAS & PASSOS, 2014), sendo, porém ainda uma intervenção que se materializa em práticas assistencialistas que não superam efetivamente as questões sociais.

Sobre à questão específica das pessoas que se encontram em situação de vivência nas ruas, foco deste trabalho, autores como Yamamoto e Oliveira (2010) relatam que nas unidades de acolhimento, faltam infraestrutura e atendimento individualizado; falta articulação da rede socioassistencial, necessária para garantir a construção da autonomia e da reinserção social dos sujeitos acolhidos; não existem centros de referência especializados para crianças e adolescentes em situação de rua pois faltam políticas e normativas que tratem de tal especificidade; e o direito à saúde, educação, esporte e lazer é negado, seja pela falta de informações ou pelo despreparo de instituições e profissionais.

A presença de pessoas que fazem das ruas das metrópoles contemporâneas moradia ou estadia é uma realidade em constante ascendência. Na primeira metade do século XX esse fenômeno foi intensificado no Brasil com o êxodo rural e com o processo migratório, impulsionado pelo crescimento industrial (BRASIL, 2009).

Os moradores ou pessoas que vivem em situação de rua de são um grupo heterogêneo e que possuem diferentes vivências. Há fatores, porém, que os unem: condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária, porém passando muito tempo ou de forma permanente (UNICEF, 2006).

No Brasil, o levantamento referente à quantidade de crianças e adolescentes que vivem nas ruas não é realizado pelo IBGE, sendo os dados encontrados obtidos a partir do trabalho de órgãos privados e ONGs atuantes ou pesquisadoras na área. Os movimentos que realizam manifestações para que haja essa inclusão, ressaltam que a população tem conhecimento de que existem 206 milhões de habitantes no Brasil; que existem 30 milhões de animais abandonados nas ruas; 215 milhões de cabeças de gado e 16 milhões de frangos abatidos por dia – conforme dados da Organização Mundial de Saúde e do IBGE – porém não tem conhecimento do número de crianças e adolescentes nas ruas (BRASIL, 2005). Esses jovens estão escapando da pobreza, de moradias inadequadas, violência doméstica, desalojamento, desastres naturais, conflitos e guerras

e tomam as ruas porque não há outro lugar para onde ir, passando a sofrer discriminação e estigmatização, o que compõe em seu entorno um quadro de extrema vulnerabilidade.

Nesse contexto, crianças e adolescentes que se encontram em situação de vivência nas ruas se configuram como um público no qual deveriam ser feitos mais investimentos não só sociais, mas afetivo-relacionais, a fim de que estes desenvolvam suas potencialidades e assim, uma “maior” resiliência.

A mais alarmante demanda trazida pela questão da vivência nas ruas é a violação de direitos, conforme aponta Sicari (2018), uma vez que ela está entre as principais causas da invisibilidade de crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade social. Embora não seja possível medir com precisão a amplitude de tais violações, alguns elementos contribuem para que os mesmos desapareçam dentro de suas famílias e comunidades, tornando-se invisíveis para os governos e para a sociedade como um todo (UNICEF, 2006).

O que notamos, é que há uma constante degradação social dos mais pobres e excluídos, além da estigmatização da população que vive na rua. De acordo com Paugam (2019) em entrevista a Serra e Bicudo (2019):

A desqualificação social não significa ausência de relações sociais. Os pobres estão, por exemplo, em relação com os serviços sociais, mas sua situação se caracteriza por uma crescente pobreza relacional que soma-se à sua pobreza econômica e reforça seu sentimento de inutilidade social. É também a estigmatização dos pobres – o fato de, aos olhos da sociedade, serem pobres e nada mais do que pobres – que frequentemente os conduz a interiorizar uma imagem negativa de si e a experimentar um sentimento de inutilidade social (p. 212).

Segundo Moura, Silva e Noto (2009), a invisibilidade gerada por essa desqualificação é percebida através do enfraquecimento dos vínculos familiares, da proteção inadequada do Estado, da ausência de serviços básicos, trabalho infantil, envolvimento com o tráfico de drogas, da exploração sexual e da violência, entre outros e é nesse cenário de vulnerabilidades a quais estão expostas, que crianças e adolescentes são impelidos à vivenciarem o processo de resiliência.

1.4 Resiliência: construção e processo

A compreensão do conceito de resiliência passou por transformações nas últimas décadas e atualmente observamos o aumento do número de pesquisadores no Brasil e em outros países criticando-o quanto à dimensão ideológica que pode assumir. A resiliência,

se entendida como atributo pessoal ou traços de personalidade, pode levar à uma concepção individualista ou processo de rotulação, uma vez que a pessoa, além de não conseguir superar suas dificuldades, poderia ser agora classificada como “não resiliente” (MARTINEAU, 1999; PINHEIRO, 2004; UNGAR, 2004; YUNES E SZYMANSKI, 2001). Diante desta preocupação, as novas discussões sobre o tema vêm buscando entender o processo de resiliência sobre um ponto de vista relacional e não como traço de personalidade.

No nosso país, os estudos sobre a resiliência surgiram entre 1996 e 1998 e tinham como foco principal crianças que se encontravam expostas à situações de risco, fatores de proteção e vulnerabilidade psicossocial (SOUZA E CERVENY, 2006).

O enfoque dado à resiliência nesta pesquisa se dá a partir da obra de Boris Cyrulnik (2004), importante pesquisador francês, que possui longa trajetória como etólogo, neuropsiquiatra e psicanalista. O autor é chefe da Clínica do Apego, na Universidade de Toulon, e presidente do Observatoire International de la Résilience.

Segundo o mesmo, a resiliência é um processo de superação, um modo de subjetivação, que se dá no encontro com o outro, resultado da interação de fatores pessoais, institucionais e/ou do contexto social.

(...)Trata-se de um processo, de um conjunto de fenômenos harmonizados em que o sujeito se esgueira para dentro de um contexto afetivo, social e cultural. A resiliência é a arte de navegar nas torrentes. Um trauma empurrou um sujeito em uma direção que ele gostaria de não tomar. Mas, uma vez que caiu numa correnteza que o faz rolar e o carrega para uma cascata de ferimentos, o resiliente deve apelar aos recursos internos impregnados em sua memória, deve brigar para não se deixar arrastar pela inclinação natural dos traumatismos que o fazem navegar aos trambolhões, de golpe em golpe, até o momento em que uma mão estendida lhe ofereça um recurso externo, uma relação afetiva, uma instituição social ou cultural que lhe permita a superação. (CYRULNIK, 2004, P. 207)

A resiliência é um fenômeno complexo, que não possui uma lógica linear e relação causal direta. Como tal, é dotada de heterogeneidade estrutural, ou seja, é melhor compreendida se considerados níveis de organização que irão variar de acordo com as diversas interações e maneiras de se configurar. A heterogeneidade estrutural é destacada por Oliveira (2003) como uma das principais características dos fenômenos complexos, pois instaura um campo de mediações entre os níveis globais e elementares e tem como resultado a aparição de novas propriedades no sistema.

De acordo com Nascimento, Sampaio e Vasconcelos (2020) a resiliência pode ser compreendida como um processo dinâmico e complexo, reafirmando os apontamentos de Cyrulnik (2004) e propondo uma discussão crítica a respeito do processo de resiliência, como àquele que é desenvolvido em determinadas circunstâncias da vida para lidar com as adversidades.

Cyrulnik (2004) apresenta a resiliência como um fenômeno complexo ao afirmar que para compreendermos os fatores que permitem a retomada do desenvolvimento após um golpe, precisamos passar por diferentes níveis de estruturação ao evoluir do orgânico para o palpável.

Outra questão que insere a resiliência na complexidade são os significados e sentidos atribuídos às vivências por cada sujeito no contexto em que estão inseridos, que não devem ser observados de forma isolada e estática, ou tomados como adversidades ou eventos traumáticos de modo apriorístico. Assim,

O que se deduz dessas teorias é o caráter construtivo da resiliência, que não nasce com o sujeito nem é uma aquisição exclusiva de fora para dentro, mas sim um processo interativo entre a pessoa e seu meio, o qual capacita e fortalece o indivíduo para lidar positivamente com a adversidade (ASSIS et al, 2006, p 20).

Outro aspecto relevante no estudo deste conceito é o processo dinâmico que ocorre entre os chamados fatores de risco e proteção. Os fatores de proteção, ou fatores de resiliência, referem-se às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação (YUNES E SZYMANSKI, 2001).

O conceito de risco ao qual se refere à resiliência está ligado ao estudo dos riscos psicossociais. De acordo com Martineau (1999) e Yunes e Szymanski (2001), o entendimento de risco deve assumir um caráter flexível e dinâmico, na medida em que situações que se configuram para alguns sujeitos como tal, no sentido de promover consequências negativas sobre o desenvolvimento do sujeito, para outros, não impactam negativamente, podendo ao contrário, configurar-se como indicador de proteção para outros indivíduos (RUTTER, 1993 APUD YUNES E SZYMANSKI, 2001).

A relação entre risco e resiliência implica, segundo Rutter (1993), em três aspectos primordiais. Primeiro, a resiliência não está no fato de se evitar experiências de risco e, com isso, apresentar-se características saudáveis ou ter boas experiências. Segundo, fatores de risco podem operar de diferentes maneiras, em diferentes períodos do desenvolvimento. Terceiro, é necessário focar os mecanismos de risco e não os fatores de risco, pois o que é risco para uma determinada situação pode ser proteção para outra.

Autores como Luthar (1993) afirmam que uma condição não pode ser considerada risco apenas por afetar negativamente o desenvolvimento, sem levar em conta as demais influências e condições. Outros alertam para o fato de que a pobreza não pode ser tomada como fator de risco a priori, de maneira descontextualizada, pois em países considerados pobres, como é o caso do Brasil, pessoas ricas podem ter experiências estressoras e de risco ao sentir medo de ser sequestradas, assaltadas ou violentadas. Situações de risco como baixa escolaridade e baixo status social dos pais, ou ausência de uma rede de apoio social e afetiva, podem ser apontadas como eventos negativos no desenvolvimento de crianças e jovens. Tais condições, no entanto, associadas à autopercepção de uma qualidade de vida precária, sem esperanças de superação e de possibilidade de alcançar níveis de bem-estar subjetivo, podem agravar as condições básicas de acionar processos de resiliência e superar as condições de vulnerabilidade (KOLLER E LISBOA, 2007).

Nascimento, Sampaio e Vasconcelos (2020) também defendem que os riscos e as adversidades devem ser consideradas a partir de um contexto que tenha significado para o sujeito e não a partir de um olhar externo, de outrem.

A fim de investigar quais os aspectos envolvidos na mobilização de mecanismos e estratégias de enfrentamento adotadas por crianças e adolescentes para a retomada de equilíbrio, a resiliência na infância vem sendo estudada de maneira mais ampla em realidades sociais distintas, incluindo o contexto das ruas (YUNES; SZYMANSKY, 2001; MELLILO, 2005; GROTBORG, 2005).

Cyrulnik (2004) afirma que crianças e adolescentes são os mais atingidos pela violência e omissão do Estado, existindo contudo a possibilidade de retomada da evolução psíquica, através do encontro de lugares de afeto, de atividade e de palavras que a sociedade dispõe, além dos tutores de resiliência.

Ao realizarmos análises sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de risco, é importante levarmos em consideração as características dos contextos dos quais essas crianças participam direta ou indiretamente, e as relações que estabelecem nesses ambientes. Além disso, devemos entender em que momento desenvolvimental essa criança ou adolescente se encontra, e quais são suas características individuais, para verificar suas fragilidades e potencialidades (ASSIS, PESCE E AVANCI, 2006).

Cyrulnik (2004) também esclarece a importância do pertencimento a um contexto social para a elaboração das lembranças, já que é de maneira relacional e através do apoio encontrado nos grupos de convivência disponíveis na comunidade (igrejas, escolas,

atividades esportivas, associações de bairros, entre outros), que são estabelecidas as ferramentas para que se tenham recursos a fim de transpor o momento de crise.

Nesse sentido, Ojeda, La Jara e Marques (2007 *apud* JULIANO; YUNES, 2014) comentam que as chaves explicativas da resiliência não se encontram nas características individuais, mas nas condições sociais, nas relações grupais, em aspectos culturais e nos valores de cada sociedade.

A existência dos fatores de proteção no contexto no qual o jovem se insere, associa-se à presença das redes de apoio social (disponibilidade de recursos externos de apoio, que proporcione reforços às estratégias de enfrentamento das situações difíceis da vida) e redes de apoio afetivo (relacionadas à qualidade das relações interpessoais entre membros da família, entre grupo de pares).

A elaboração do processo de resiliência externa deve ser contínua em torno da criança ferida. Seu acolhimento após a agressão constitui a primeira malha necessária, e não necessariamente verbal, para reatar o vínculo após o ferimento. A segunda malha, mais tardia, exige que as famílias e as instituições ofereçam à criança lugares em que ela produza suas representações do traumatismo. A terceira malha, social e cultural, se elabora quando a sociedade oferece a essas crianças a possibilidade de se socializar. Só resta então tecer sua resiliência durante o resto de sua vida. (CYRULNIK, 2004, P.152)

Mais que um processo que ao ser disparado se desenvolve sozinho, a resiliência necessita de interações sociais significativas, dotadas de sentido. Na elaboração do sofrimento “vínculo e sentido são duas palavras que permitem a resiliência” (CYRULNIK, 2005). Os vínculos podem ser desenvolvidos nos mais diferentes espaços e os sentidos podem ser dados no desenvolver do processo resiliente através inclusive das narrativas de história de vida, ferramenta através de qual o sujeito fala das lembranças traumáticas e pode elaborar novos sentidos. O autor explica:

A narrativa é o método que todos empregamos e que permite construir um sentido para os acontecimentos de nossa vida. Sem a construção de narrativas para nossa história, somos bombardeados pelas informações sem sentido às quais reagimos com ações confusas. Mas quando podemos emprestar alguma lógica ao que aconteceu, compreender de onde vem a agressão, como aprendemos a reagir e como esperamos viver o futuro, então, nos tornamos capazes de dar sentido aos acontecimentos. (CYRULNIK, 2015, p.6).

Vygotski (1991) destaca que a fala da criança e do adolescente lhes traz a oportunidade de ser tanto sujeito como objeto de seu próprio comportamento e tem, entre outras funções, refletir o mundo exterior, o que é corroborado por Cyrulnik ao ressaltar a

importância das narrativas como uma oportunidade de “historização que traz sentido a infância desmoronada” (p.5, 2005).

Sobre a função das narrativas Cyrulnik explica:

Contar o que aconteceu significa interpretar o acontecimento, atribuir um significado a um mundo que foi perturbado, a uma desordem que compreendemos mal e à qual já não podemos reagir. É necessário falar para tornar a pôr as coisas em ordem, mas falando interpretamos o acontecimento, o que pode lhe atribuir mil direções diferentes (2005, p.47).

A possibilidade de verbalização dada aos adolescentes nas investigações científicas permite que os mesmos, enquanto sujeito de direitos, participem ativamente dos processos ocorridos em sua vida, além de oferecer o cuidado tão necessário nessa fase de desenvolvimento.

Nem toda adversidade enfrentada na infância e adolescência constitui um problema que afeta o desenvolvimento individual e familiar. Nos primeiros anos, a resiliência já está se estabelecendo, mas ainda é muito frágil. Conforme as reações do meio, o potencial de resiliência poderá se apagar, se desviar ou se reforçar, até se tornar uma sólida maneira de agir (CYRULNIK, 2004).

Para as autoras Assis, Pesce e Avanci (2006), uma criança e/ou adolescente tende a ser mais vulnerável quanto menos fatores de proteção perceber em seu meio para ajudá-la a enfrentar as dificuldades existentes; de maneira oposta, as crianças e adolescentes tendem a ser mais resilientes quanto mais fatores de proteção captarem do meio em que vivem ou do espaço em que se encontram.

Ações ao redor da criança ou do adolescente que vivenciaram situações de vulnerabilidade são fundamentais porque delas dependem a elaboração de suas experiências e processo de subjetivação. Existem pesquisas que nos auxiliam a pensar em alguns eixos para essas ações (ASSIS, PESCE E AVANCI, 2006).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) realizou publicações defendendo a promoção de resiliência em crianças e adolescentes. Os pontos principais dos programas de intervenção estão baseados no modelo nomeado PCAP (People, Contributions, Activities, Place) que busca elencar pontos de apoio para a intervenção. Em primeiro lugar, as pessoas que estão em contato com a criança servem de referência e de apoio, devendo estar efetivamente comprometidas com o seu desenvolvimento. As atividades oferecidas a ela devem privilegiar sua autonomia, o desenvolvimento de sua capacidade de ação no mundo e sua autoconfiança. Sempre que possível deve-se estender o contato da criança com um maior número de pessoas; envolver a família, amigos,

professores e a comunidade nos cuidados com ela. Oferecer espaços de sua interação com outras pessoas, desde agrupamento com seus pares até projetos na comunidade (MUNIST et al, 1998).

Sabemos que enquanto vivem, todos os indivíduos se encontram em processo permanente de (re) construção de laços, e isso lhes proporciona proteção frente aos riscos encontrados, contribuindo para o reconhecimento de sua própria existência e identidade (PAUGAM, 2019 *apud* em SIERRA E BICUDO, 2019). Nesse sentido, compreender o modo como ocorrem os processos de vinculação entre os indivíduos e as instituições da vida social, se faz necessário para a identificação do conjunto de fatores que funcionam como protetivos para os mesmos - os recursos com os quais ele conta - sejam eles de origem familiar, comunitária, profissional ou advindos da ação governamental, por exemplo.

Autores como Paugam citado em Sierra e Bicudo (2019), que tratam da vinculação afetiva, corroboram com a ideia de que no vínculo indivíduo-sociedade podem estar presentes figuras importantes para o desenvolvimento da subjetividade de crianças e adolescentes; nas relações de parentesco, tecidas na família (laço de filiação), na transformação do “outro estranho” em próximo (laço de participação eletiva), na inserção individual em circuitos profissionais (laço de participação orgânica); ou no laço no qual se revelam elos entre o indivíduo e a ordem social mais ampla (laço de cidadania).

Nas histórias de vida dos resilientes, encontramos pessoas que foram referências e que possibilitaram a construção de uma relação com valor de referência afetiva. Cyrulnik (2015) afirma que quando “apesar do sofrimento, um desejo é murmurado, basta que outro ouça-o para que a brasa da resiliência torne a se acender” (p. 184), ou seja, se ao redor do ferido existem tutores de resiliência é mais provável que este consiga retomar um desenvolvimento diferente do atual.

Cyrulnik (2015) usa o termo tutores de resiliência para designar esses tutores afetivos e promotores de desenvolvimento. Segundo o autor, o tutor de resiliência é um tutor afetivo que auxilia no desenvolvimento sadio, e pode ser: a família, a escola, um professor, ou alguém que assuma este papel significativo em uma díade com o indivíduo. O encontro nas atividades diárias, a crença em sua capacidade, entre outras atitudes, pode levar à uma transformação.

O produto final da interação entre fatores de risco e proteção associam-se diretamente com os processos de resiliência. A exposição aos fatores de risco sem a mediação dos fatores de proteção, pode aumentar a vulnerabilidade do indivíduo,

potencializando o impacto dos riscos e marcando sua subjetividade, conseqüentemente com muitos outros significados e prejuízos para sua vida.

1.5 Epistemologia qualitativa, subjetividade e resiliência: uma revisão integrativa de produções científicas

Durante o século XX algumas teorias pedagógicas, psicológicas e científicas promoveram o crescimento de metodologias ativas e globalizadoras e também das abordagens inter e transdisciplinares, a partir do estabelecimento de uma maior conversação entre os saberes e os sujeitos das distintas disciplinas, articulando os saberes para uma compreensão da realidade (SOMMERMAN, 2006; SOUSA E PINHO, 2017).

Compreender a realidade por meio da articulação de diversos saberes requer reconhecer a importância de cada um para a compreensão do todo, como no paradigma que chamamos de complexo. O paradigma complexo é aquele que tem a visão da totalidade e das particularidades de um fenômeno, não o entendendo como sectário e sim como total e completo. Nesta visão epistemológica há o questionamento acerca da realidade e do sujeito, conforme defende Morin (2002, p. 27) “O pensamento redutor atribui a ‘verdadeira’ realidade não às totalidades, mas aos elementos, não às qualidades, mas às medidas, não aos seres e aos entes, mas aos enunciados formalizáveis e matematizáveis”.

A partir desta visão integradora é que podemos analisar diversos campos de atuação e pesquisa de acordo com uma epistemologia qualitativa, que busca a compreensão e não a descrição do fenômeno. Favorecendo as potencialidades e a criatividade, sem reduzir as partes ou o todo, mas retroalimentando as informações e conhecimentos produzidos numa perspectiva de princípio sistêmico (MORIN, 2002; ALVES E SEMINOTTI, 2006; STOCHERO, DIAS E BOER, 2019).

Entre as teorias que se propõe a pensar a totalidade dos fenômenos, a teoria da Subjetividade de González Rey apresenta similaridade e pode ser considerada uma teoria que se insere no paradigma da complexidade (LIMA, SANTOS, PÓVOA E PINHO, 2020). Ela se propõe a entender a subjetividade inserida num sistema complexo e fundamental para a compreensão do ser humano, considerando que o desenvolvimento é singular, processual e holístico, e resulta da integração dos sentidos subjetivos produzidos de forma viva, dinâmica e contraditória nas várias esferas da vida do sujeito e no confronto entre a subjetividade individual e a subjetividade social (REY, 2007).

A proposta de Gonzalez Rey (2003, 2015) ao conceituar a subjetividade na perspectiva histórico-cultural e seus desdobramentos surge como mais uma possibilidade de se compreender o indivíduo e sua atuação no mundo, e nesse sentido, a Epistemologia Qualitativa se configura como uma importante ferramenta de investigação de processos psicossociais, fundamentando estudos na área de Pedagogia, Política e Serviço Social, ou seja, nas ciências humanas.

Partindo desta perspectiva da subjetividade e da complexidade é que se torna possível refletir acerca do processo da resiliência, tomando uma postura crítica e integradora na compreensão dos aspectos que perpassam pelos processos de resiliência (NASCIMENTO, SAMPAIO E VASCONCELOS, 2020). A compreensão desse conceito passou por transformações especialmente em relação ao enfoque dado ao papel do sujeito em processos de fortalecimento e aquisição de bem-estar.

Atualmente observamos a postura de pesquisadores no Brasil e em outros países (MARTINEAU, 1999; YUNES E SZYMANSKI, 2001) criticando o conceito quanto à dimensão ideológica que o mesmo pode assumir, se reforçada uma visão individualizante do mesmo, deixando de focar em processos sociais, comunitários e culturais que agem como elementos essenciais na construção dos caminhos de resiliência na vida de crianças e adolescentes em situação de risco.

Entendemos que a resiliência como um processo de superação, um modo de subjetivação, que se dá no encontro com o outro, resultado da interação de fatores pessoais (afetivos), institucionais e/ou do contexto social, “é a arte de navegar nas torrentes” (CYRULNIK, 2004). Entendemos que os sentidos subjetivos são produzidos nas diferentes zonas ou espaços do social e estão presentes em qualquer experiência social concreta. A subjetividade social, entendida como sistema de sentidos subjetivos, permite estudar a sociedade por meio de diferentes processos (REY, 2003).

Partindo desta perspectiva de resiliência e encontrando congruência com a teoria da subjetividade é que a presente revisão de literatura foi planejada, pois objetivou analisar os estudos que traziam uma associação entre Epistemologia Qualitativa e Resiliência, destacando as produções na grande área da Psicologia, além de compreender como o conceito de subjetividade vem sendo trabalhado na pesquisa científica.

Utilizamos dos pressupostos da pesquisa integrativa, a pesquisa teve por finalidade analisar os estudos que traziam uma associação entre Epistemologia Qualitativa e Resiliência, destacando as produções na grande área da Psicologia.

O estudo permeou as etapas preconizadas pelo Joanna Briggs Institute (JBI, 2011): formulação da questão para a elaboração da revisão integrativa da literatura; especificação dos métodos de seleção dos estudos; procedimento de extração dos dados; análise e avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa da literatura; extração dos dados e apresentação da revisão/síntese do conhecimento produzido e publicado. A presente revisão teve como questão norteadora: Qual a produção científica realizada nos últimos dez anos sobre Resiliência que se utiliza do método da Epistemologia Qualitativa?

O processo de busca bibliográfica foi realizado no período de dezembro de 2019 à março de 2020, nos indexadores SCIELO e BVSPsi, nas quais se utilizaram os descritores “epistemologia qualitativa AND psicologia” e “epistemologia qualitativa AND resiliência”.

As bases de dados foram selecionadas no intuito de atender aos critérios de relevância, acessibilidade e abrangência. Foram adotados como critérios de inclusão: produções disponibilizadas na íntegra publicadas no período de 2010 a 2020, nos idiomas inglês, português e espanhol, e cujo título ou resumo fizessem referência à temática, e como critério de exclusão artigos repetidos nas diferentes bases de dados. Da pesquisa nas bases de dados, resultou a identificação de 26 artigos.

A seleção dos artigos se deu inicialmente pela leitura exploratória do título e resumo de cada referência, em que se buscou a identificação com o tema. Posteriormente, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, estabeleceu-se uma amostra de 15 artigos. Com o intuito de sistematizar a informação dos artigos, os dados extraídos dos estudos foram compilados de forma descritiva numa tabela previamente elaborada, o que facilitou a identificação e reformulação das categorizações temáticas.

Os artigos encontrados e incluídos na revisão são apresentados na tabela 1, com destaque para os anos de publicação, área da psicologia, se aborda o conceito de resiliência e temática do estudo.

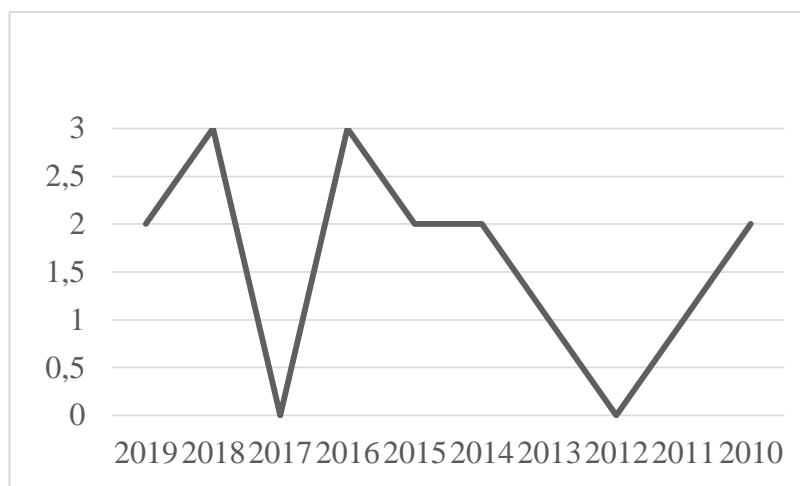
Ano	Área da Psicologia	Aborda a temática da resiliência?	Tema do trabalho
2019	Processos Psicossociais.	Não.	O fazer feminino e o lugar da mulher na pesca a partir da articulação entre a superação da renovação e da reapropriação de um sentido que está sendo reinventado por elas: uma epistemologia ecopsicossocial.

2019	Processos Psicossociais.	Não.	Trata de uma abordagem em psicoterapia para crianças, utilizando os fundamentos teóricos da subjetividade sob uma perspectiva cultural e histórica.
2018	Processos Psicossociais. – Psicologia Escolar.	Não.	Evolução da noção social de greve a partir da epistemologia genética.
2018	Processos Psicossociais.	Não.	A transdisciplinaridade e os seus fundamentos, os conceitos de complexidade e os caminhos para a construção de uma nova ciência.
2016	Processos Psicossociais. – Psicologia da Saúde.	Não.	Os processos psicossociais que influenciam no trabalho solidário dos sujeitos da Saúde Mental, enfatizando cotidiano e sentidos.
2016	Processos Psicossociais.	Não.	Configurações subjetivas da participação política de dirigentes partidários do Partido da Social Democracia Brasileira no Espírito Santo - PSDB/ES.
2016	Processos Psicossociais. – Psicologia Escolar.	Não.	A inclusão escolar como um desafio de natureza organizacional, política, pedagógica, cultural e subjetiva dos atores e das instituições que compõem os sistemas de ensino.
2015	Processos Psicossociais. – Psicologia Escolar.	Não.	Compreensão das ações voltadas à saúde integral dos adolescentes a partir de um viés participativo, sem o tradicional caráter moral e regulador.
2015	Processos Psicossociais.	Não.	Estudo sobre a dinâmica das emoções que envolvem a participação política de dirigentes do Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB no Espírito Santo.
2014	Processos Psicossociais.	Não.	A mudança epistemológica do paradigma científico tradicional da epistemologia contemporânea.
2014	Processos Psicossociais.	Não.	A compreensão do litígio como produção subjetiva das famílias.

2013	Processos Psicossociais. – Psicologia da Saúde.	Não.	A importância da função paterna para o desenvolvimento da criança e do adolescente em conflito com a lei e como a falta dessa função faz o jovem buscar alguém que a exerça.
2011	Processos Psicossociais. – Psicologia da Saúde.	Não.	Os processos subjetivos que se configuram a partir de aspectos da subjetividade individual e social na experiência de uma paciente com câncer.
2010	Processos Psicossociais. – Psicologia da Saúde.	Não.	O status científico da Psicologia e a identidade profissional: o Psicodiagnóstico Tradicional e o Psicodiagnóstico Interventivo.
2010	Processos Psicossociais. – Psicologia da Saúde.	Não.	O estudo das configurações subjetivas do câncer a partir de uma visão da subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural.

Relação dos artigos analisados

Ao analisar os anos da publicação, vimos que foram distribuídas ao longo dos anos, ressaltamos que o quantitativo de publicações.



Quantidade de publicações/ano

Dos 26 (100%) artigos encontrados sobre a temática principal, apenas 16 (61,53%) estavam dentro do período analisado. Destes, 3 foram desenvolvidos na Espanha e os 81,25% restantes no Brasil, com produções não encontradas com os

descritores utilizados nos demais países. Em relação à frequência das publicações, observamos um crescimento nos últimos, com maior incidência nos anos de 2016 e 2018 (ambos com três artigos).

Os dados levantados revelam a evidente escassez de produções científicas na área da Psicologia, uma vez que em sua grande maioria, estas são realizadas na área da Educação, Serviço Social ou Política. Nas subáreas da Psicologia identificadas nos trabalhos, a ênfase ocorre em Processos Psicossociais, processos estes entendidos como a contínua interação entre as condições sociais, que são mutáveis, e a base biológica do comportamento humano. Vigotski (1999, p. 17-18) defende que: “tudo em nós é social, mas isto não quer dizer, de modo algum, que as propriedades do psiquismo do indivíduo particular sejam, em sua totalidade absoluta, inerentes a todos os demais integrantes de dado grupo”.

Os estudos partem desse conceito central de processos psicossociais e buscam compreender diferentes temáticas nas áreas da educação e/ou da Psicologia Escolar, da saúde, das relações familiares, da política para compreender a subjetividade. Não encontramos artigos que correlacionassem a Teoria da Subjetividade à resiliência, o que mostra que estudos desta natureza são escassos e que a concepção mais tradicional de resiliência (como a capacidade de superação das adversidades) ainda permanece usada em muitos estudos (NASCIMENTO, SAMPAIO E VASCONCELOS, 2020).

Para entender o conceito de subjetividade, de acordo com os princípios epistemológicos de Gonzalez-Rey que embasaram os artigos encontrados na revisão, organizou-se o quadro abaixo.

Conceito de Subjetividade apresentado
1 Construído a partir da ação cotidiana e reflexiva, em oposição à naturalização das relações de domínio, sendo de natureza ideológica.
2 Desenvolvimento da singularidade a partir da relação dialógica existente na psicoterapia interpretativa.

3	Apreensão do mundo a partir dos princípios de convivência social e interiorização de valores comuns ressignificados com a vivência coletiva.
4	Constituinte dos sujeitos entendidos como não simples e sem possibilidade de dogmatização, sendo portanto, não hegemônicos.
5	Construto produzido a partir da ressignificação do trabalho, da participação econômica na sociedade e da noção de individualidade.
6	Concepção de subjetividade pautada numa compreensão histórico-cultural do homem.
7	Sentidos reconstruídos diante de vivências contraditórias e com base emocional.
8	Subjetividade como construção relacional e participativa de si com os outros e com o mundo.
9	Sentidos necessários e admitidos pelo sujeito a partir realização de uma da atividade ou relação.
10	Construída a partir de um paradigma da complexidade.
11	Constituída não somente pela fala, mas por todas as possíveis expressões do sujeito no cenário do litígio, possuindo configurações processuais e, ao mesmo tempo, estáveis e dinâmicas.
12	Personalidade decorrente dos “nãos” recebidos. Resultado do quanto de suporte e limite uma pessoa recebeu dos pais.
13	Categoria tida não como um processo individual e intrapsíquico, mas que permanentemente está em organização ao longo da vida das pessoas e dos espaços sociais, configurada histórica e culturalmente: as próprias ações são fontes de processos de subjetivação que se configuram na experiência da pessoa.

14 Identidade construída a partir das vivências terapêuticas.
15 Sentido subjetivo como unidade psicológica que expressa o caráter subjetivo dos processos psíquicos humanos nas condições da cultura.

Conceitos de subjetividades encontrado nos artigos (Fonte: A autora, 2021)

A partir dos conceitos desenvolvidos nos trabalhos encontrados e que se inscrevem na grande área da psicologia buscando compreender a subjetividade, elaborou-se categorias de análise do conceito de Subjetividade para que o mesmo possa ser compreendido e utilizado em mais pesquisas.

1 – Subjetividade, processos sociais e cotidiano (estudos 1, 3, 5, 11): nesta categoria se inseriu o conceito de subjetividade para a compreensão de sua constituição que ocorre no cotidiano e é tecido por meio de relações sociais. Entendendo dessa maneira processo de subjetivação como todo jogo de relações que promovem esta subjetividade.

Conforme aponta Lemos (2007), a subjetivação é o resultado de uma prática concreta, que sai de todas as atividades do homem, seja nos jogos de poder em que ele está envolvido, seja através de suas práticas discursivas. Nesse sentido, o processo de subjetivação se dá a todo o momento, pois o homem o tempo todo está envolvido em relações de poder e se expressa e é influenciado através do discurso. Mas não é só através dessas relações de poder que se dá a subjetivação. Este processo é possível através de todas as práticas em que este homem está inserido, desde aquelas em que ele mesmo é ator principal, até aquelas em que ele é um mero espectador que sofre apenas influências do meio externo, passando por sua história pessoal e coletiva, além do meio cultural em que este vive.

2 – Subjetividade e processos intrapsíquicos (estudos 7, 8, 9, 14, 15): em tais estudos o fenômeno psicológico é entendido como uma construção que acontece no nível individual do mundo simbólico, que por sua vez é social. Segundo esta categoria, a subjetividade (ou o fenômeno social) é concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, desenvolvida a partir da interiorização das experiências vividas que se dá através das funções psicológicas, ou seja, subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem (Bock, 2004, p. 6)

3 – Subjetividade e possibilidade de ressignificação de vivências (estudos 2, 12, 13): nessa categoria a subjetividade é abordada segundo a perspectiva de Rey (2003), onde o conceito de sentido subjetivo é tido como fator determinante da constituição desta. Para este autor, sentido subjetivo remete a acontecimentos históricos presentes na vida de cada sujeito que tenham sido tão marcantes emocionalmente para ele, que o sujeito atribui sentido a estes acontecimentos, e assim, estes passam a fazer parte de sua subjetividade tendo um papel importante nos processos de subjetivação futuros.

4 – Subjetividade e vivência política no mundo (4, 10): categoria que relaciona os processos de subjetivação política, a emergência de novas subjetividades e o papel da política e das relações de poder nesse processo. Nessa abordagem existe o reconhecimento de que são muitos os elementos da modernidade que transformam padrões tradicionais de subjetivação e aprofundam as mudanças na vida humana, uma vez que são diversas as possibilidades de relações de poder que colocam ao sujeito em novas posições sociais e lhes exigem interagir com processos e estruturas de dominação em um mundo, e por isso o grande interesse em estudar a Psicologia e a Política de maneira interdisciplinar.

A partir das categorias, visualizamos que o conceito de subjetividade é amplo e contempla as especificidades do ser humano, compreendendo como ser em formação a partir da tecitura social e na ação humana no mundo, o que possibilita embasar os estudos acerca da resiliência, numa epistemologia qualitativa. A epistemologia qualitativa possibilita a compreensão mais ampla dos processos psicossociais e poderá subsidiar os estudos sobre a resiliência, entendida como um processo de subjetivação construído no contexto sócio-histórico cultural e que permite à pessoa a superação das adversidades da vida, na dualidade de fatores de risco e proteção que são dinâmicos e coexistem.

II O PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 O delineamento adotado

Uma importante dimensão do paradigma da complexidade (referência da pesquisadora) diz respeito à neutralidade, que para a mesma é impossível de ser alcançada. Creswell (2003) aponta que um pesquisador deve fazer uso de uma estrutura que oriente seu projeto de pesquisa desde a identificação da postura epistemológica que fundamenta a postura do pesquisador até os procedimentos de coleta e análise dos dados; enquanto a posição epistemológica e o método de pesquisa fornecem a base teórica e são os direcionadores da postura adotada pelo pesquisador, a técnica de coleta de dados e o modo de análise são as dimensões que operacionalizam a postura escolhida.

A Epistemologia Qualitativa desenvolvida por Gonzalez Rey para o estudo da subjetividade numa perspectiva histórico-cultural é a base constitutiva dessa metodologia, pois configura-se como um contínuo processo de interpretação e construção do conhecimento a partir das informações produzidas com a realização dos instrumentos que, por sua vez têm a função de constituírem-se indutores da expressão dos participantes.

Gonzalez Rey entende que utilizar essa metodologia “[...] implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que nos apresenta”. (GONZALEZ REY, 2005) Nessa concepção, os sentidos subjetivos procedentes das experiências atuais e anteriores do sujeito constituem subjetivamente sua manifestação em cada espaço social concreto. Assim, o estudo do sujeito em cenários microsociais implica compreender os comportamentos ali produzidos por meio dos sentidos subjetivos desse comportamento (GONZALEZ REY, 2003).

Gonzalez Rey (1997) situa a análise do qualitativo em uma perspectiva epistemológica ao definir as bases epistemológicas de uma aproximação qualitativa no campo da Psicologia. Aqui, a epistemologia é caracterizada como modo de construção do conhecimento, estando diretamente ligada à capacidade reflexiva do pesquisador, possibilitando alcançar os limites e contradições existentes na pesquisa, desenvolvendo assim uma consciência teórica e uma discussão epistemológica (GONZALEZ REY, 2005).

Dentro desse contexto, o método construtivo interpretativo permite compreender o conhecimento como meio de produção que valoriza a realidade tal como ela se apresenta: alinear, complexa e repleta de campos inter-relacionados. Ao nos aproximarmos desse complexo sistema através da prática da pesquisa científica, torna-se possível formar um novo campo de realidade que recursivamente gera novos aspectos

suscetíveis de serem significados na pesquisa, bem como possibilita a elaboração de uma nova dimensão teórica.

A Epistemologia Qualitativa apresenta três pressupostos epistemológicos em sua base: o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o singular como produção de conhecimento e o diálogo como cerne da pesquisa. Estes pilares possibilitam a melhor articulação do pesquisador em sua imersão no campo, pois colocam em relevo a pesquisa como uma produção de conhecimento proveniente, sobretudo, da valorização do singular e do diálogo desenvolvido na relação.

Assim, segundo Gonzalez Rey (2005) a pesquisa qualitativa é valiosa não só pelo conhecimento que produz sobre o estudado, mas também pelas novas zonas de sentido que permite descobrir em relação ao objeto estudado.

2.2 Instrumentos e estratégias utilizadas para a construção do conhecimento

A pesquisa apresentada considera o empírico como um momento de confronto e diálogo, que fez emergir processos subjetivos complexos na medida em que os sujeitos estudados se expressavam através de sua implicação pessoal e de suas próprias vivências, que se enriqueceram no diálogo permanente com a pesquisadora (GONZALEZ REY, 2005). Sendo assim, os instrumentos descritos a seguir tiveram como pressuposto principal serem indutores da expressão do outro, numa relação dialógica entre os envolvidos no processo. Foram eles:

a) Os **sistemas conversacionais**, que segundo Gonzalez Rey (2005), “permitem ao pesquisador deslocar-se do lugar central das perguntas para integrar-se em uma dinâmica de conversação que toma diversas formas”, com vista à autenticidade e naturalidade da relação. Ainda de acordo com o autor, “a conversação enquanto instrumento define o caráter processual da relação com o outro como um momento permanente de pesquisa.”

b) A **história de vida**, meio pelo qual entrevistas não diretivas revelaram o relato da história de vida dos sujeitos participantes. Ao final da escuta o material foi transcrito para que a pesquisadora pudesse, a partir de então, fazer um mergulho analítico para buscar identificar naquele material as pistas que a ajudariam a tentar responder suas questões de pesquisa. (CHAUÍ, 1987).

Nessa fase, as entrevistas individuais foram guiadas de maneira a percorrer a história de vida dos participantes, sem perguntas fechadas mas direcionadas a tratar dos seguintes temas: anamnese pessoal e familiar; saída de casa (ou tempo extenso nas ruas);

vivências no bairro (experiências positivas e/ou negativas); trajetória escolar e/ou de trabalho; perspectivas para o futuro.

Segundo Chauí (1987), nesse processo a relação entre pesquisador e aquele que narra sua história é um ponto essencial e só acontece na presença de um vínculo de confiança mútua que é construído ao longo de um processo. Há um caráter terapêutico nesse método e ético; uma dimensão interventiva, inscrita na escuta oferecida pelo pesquisador e no fato de que contar a história é recriá-la, é produzir uma leitura sobre as experiências vividas, produzir ressignificações e produzir uma escrita.

c) Foi utilizado também o **diário de campo**, no qual todas as informações decorrentes das observações, dos diálogos e sistemas conversacionais estabelecidos foram registrados, uma vez que estes são de fundamental importância para a análise e reflexão dos mesmos durante o processo da pesquisa com base na extensão e complexidade das informações (FLICK, 2004).

Para operacionalização das informações coletadas ao longo das entrevistas, algumas distinções foram elaboradas a fim de que se identificassem e classificassem os fatores (proteção/risco) presentes nos trechos.

De acordo com Gonzalez Rey (2005, 2019) a significação dos trechos é um processo de ação interpretativa do pesquisador, que vai construindo os significados associando ao desenvolvimento de zonas de sentidos para ampliar o significado das conversações e compreender a subjetividade.

2.3 Participantes

A pesquisa foi realizada com a participação de 2 adolescentes (conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei 8.069 (BRASIL, 1990), ambos com idade de 12 anos, sendo um de cada sexo. Para fins de preservação de suas identidades, os mesmos serão citados neste trabalho como Tauane e Iberê. Também estarão presentes outros personagens com pseudônimos; serão eles Jurema, Rosa e Carlos.

Para operacionalização da obtenção das informações por meio das conversações, “a rua” foi considerada como ambiente de socialização, envolvendo interações, relações de trabalho, educação, lazer, entre outras atividades e foram considerados para a viabilização da pesquisa os seguintes critérios para a escolha e convite aos adolescentes:

a) critérios de inclusão: possuir de 12 à 18 anos incompletos, frequentar o ambiente das ruas com assiduidade há pelo menos 3 meses, procurar a pesquisadora através de demanda espontânea ou atendendo ao convite feito pela equipe de pesquisa e

possuir autorização através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando possuir responsável legal, ou assentimento acompanhado pelo órgão responsável por sua tutela.

b) critérios de exclusão: frequentar esporadicamente o ambiente das ruas, acompanhado ou não de responsável, não apresentar desenvolvimento cognitivo que possibilite sua participação na pesquisa, apresentar por quaisquer motivos resposta insatisfatória ou optar por desistir de participar do processo.

Os adolescentes que aceitaram participar da pesquisa e conversaram conosco foram Tauane do sexo feminino e Iberê do sexo masculino, ambos com 12 anos de idade e matriculados no 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública municipal de ensino localizada no bairro.

Os sujeitos foram informados do objetivo da pesquisa, bem como da importância de sua contribuição para a mesma. Em seguida, as orientações quanto ao Assentimento/Consentimento foram seguidas e verificado o cumprimento de todas as prescrições legais e metodológicas, a obtenção de dados foi iniciada.

Em virtude do momento pandêmico em que se encontrava a cidade, as entrevistas foram realizadas em um espaço físico privado (uma sala refrigerada, com mesas e cadeiras) de um estabelecimento comercial situado no bairro Educandos, tendo sido realizadas de maneira individual, com a duração média de uma hora e trinta minutos, nas quais estiveram presentes a psicóloga pesquisadora, a orientadora da pesquisa, também psicóloga e uma líder comunitária do bairro (Jurema, pessoa facilitadora).

Antes do início da pesquisa foi solicitado junto ao Conselho Tutelar da região, órgão então identificado como responsável pelo público-alvo, autorização mediante ofício para que as crianças e adolescentes cujos responsáveis não forem encontrados pudessem ter sua participação na pesquisa assegurada.

Além dos adolescentes, cujos termos foram devidamente assinados, também foram considerados como participantes da pesquisa os atores que surgiram ao longo da trajetória de obtenção de informações no campo, uma vez que deles foram ouvidos importantes relatos inseridos na discussão desta dissertação.

Destacamos como participante, a Jurema, pois foi a pessoa que forneceu informações sobre a comunidade e a história de vida dos adolescentes. Jurema, mulher com aproximadamente 40 anos de idade, casada, mãe de dois filhos jovens (com idade acima de 15 anos), ensino superior em Serviço Social e atual líder comunitária. Ela ocupou a função de Conselheira Tutelar na comunidade entre os anos de 2017-2019, a

conhecemos quando fomos ao Conselho Tutelar solicitar a anuência para a pesquisa e os contatos com ela foram firmados, pois a mesma desejava dar voz aos adolescentes e gostaria de contribuir para uma pesquisa que pudesse ter como retorno as subjetividades (pensamentos, visões de mundo) dos mesmos. Porém, nas eleições para o cargo a partir de 2020 não foi reeleita, pois havia outros candidatos concorrendo para as eleições e a comunidade os elegeu, ela conta que houve corrupção no processo eleitoral que a deixou triste. Mesmo sem ser eleita, Jurema continuou com os trabalhos de assistência e apoio social para a comunidade e aceitou continuar colaborando com nossa pesquisa.

2.4 Caracterização do campo de estudo

Segundo o Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2015) contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que contou com um número amostral de aproximadamente 32 mil pessoas entrevistadas em 71 cidades, os municípios brasileiros que possuem mais pessoas em situação de vivência ou moradia nas ruas são: Rio de Janeiro (4.585), Salvador (3.289), Curitiba (2.776), Brasília (1.734), Fortaleza (1.701), São José dos Campos (1.633), Campinas (1.027), Santos (713), Nova Iguaçu (649), Juiz de Fora (607) e Goiânia (563)-

O primeiro ponto a ser ressaltado: a imensa maioria de quem vive nas ruas são homens. Do total dessa população, 82% é masculina. De toda a população masculina, a maioria é jovem: 15,3% são homens na faixa etária dos 18 aos 25 anos. A faixa da idade com o maior número de homens em situação de rua é a dos 26 aos 35 anos, com 27,1%.

Já a população feminina representa os outros 18% do total de pessoas que vivem em situação de rua. A maioria das mulheres também é jovem e está nas ruas com idade menor do que a dos homens: 21,17% delas têm entre 18 e 25 anos e 31,06% têm entre 26 e 35 anos.

Quanto à cor de pele de todas as pessoas que vivem nas ruas, 39,1% se autodeclararam pardos na pesquisa; 29,5% se declararam brancos e 27,9% se declararam pretos. No censo do IBGE – que junta negros e pardos –, contabiliza a população brasileira em 53% de negros e 46% de brancos. Levando em conta a população em situação de rua, se formos usar o mesmo método, a representação negra é de 67% – bem mais alta que a sua representação na população brasileira.

Um dado fundamental para compreender as trajetórias de vida destas pessoas são as motivações que levaram a esta condição de rua. O alcoolismo uso abusivo de drogas (substâncias psicoativas) é o motivo alegado por 35% pessoas entrevistadas, seguido por

desemprego (30%) e brigas ou desavenças familiares (29%). Uma informação fundamental para analisar estes indicadores é a relação existente entre mais de uma motivação, isto é, estes aspectos citados estão normalmente relacionados com outros, intensificando as situações que levam o indivíduo a morar na rua.

Deve ser considerada também outra motivação pouco citada, mas presente, que é a opção por viver na rua, para exercer autonomia, fugir de ambientes violentos, etc. Outro grupo com motivação semelhante aos que optam pela moradia de rua é o daqueles que já nasceram nesta condição (1,3%).

A pesquisa identificou um esforço predominante desta população para exercer atividades econômicas e de subsistência, o que se contrapõe à noção de “vagabundo” construída pela sociedade ao longo do tempo. Dos entrevistados, 71% exercem alguma atividade remunerada e 59% afirma ter uma profissão. Entre as atividades mais citadas estão catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14%), trabalhador da construção civil (6%), vendas (6%), limpeza (4%), carregador/ estivador (3%), aposentado (2%), artesanato (1%), entre outras. Daqueles que exercem alguma atividade econômica, apenas 48% já trabalharam com carteira assinada, no entanto, apenas 2% afirmaram que ainda trabalham nesta condição. Contrariando o censo comum, apenas 16% alegaram manter sua subsistência pedindo dinheiro na rua. Também é importante destacar que 88,5% nunca receberam auxílio de programas de transferência de renda.

2.4.1 Conhecendo o local da pesquisa

As ruas da cidade de Manaus, então capital do estado do Amazonas, se configuraram como o campo de inserção da pesquisadora para a realização deste trabalho. A origem do nome da cidade provém da tribo dos manaós, habitante da região dos rios Negro e Solimões. Na língua indígena, Manaus é a variação de Manaos, que significa Mãe dos Deuses. No século XIX a cidade chamava-se Barra do Rio Negro e sua história remonta ao período das grandes explorações por países do velho mundo, que àquela época embrenhavam-se em grandes corridas pela conquista de novas terras.

Manaus foi criada no século XVII para demonstrar a presença lusitana e fixar domínio português na região amazônica, que na época já era considerada posição estratégica em território brasileiro. O núcleo urbano, localizado à margem esquerda do Rio Negro, teve início com a construção do Forte da Barra de São José, idealizado pelo capitão

de artilharia, Francisco da Mota Falcão, em 1669, data que foi convencionada a usar como o nascimento da cidade.

A Amazônia, de posse espanhola pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, manteve-se inexplorada até o século XVI, quando se tornou alvo de interesse de holandeses, franceses, ingleses, irlandeses e, principalmente, de portugueses.

A concorrência dos seringais da Malásia fez com que, por meio século, Manaus sofresse com o declínio do Ciclo da Borracha, que teve uma sobrevida durante a 2ª guerra mundial, mas tornou a cair, até que em 1967 o governo federal implantou a Zona Franca de Manaus, como solução para a continuação do desenvolvimento regional. A cidade ganhou um fluxo turístico comercial muito grande e estruturas hoteleiras foram montadas para atender a essas demandas. A seguir implantou-se o Pólo Industrial de Manaus, com centenas de fábricas das maiores marcas mundiais, o que constitui um dos pilares da economia local, além do pólo agropecuário e do processamento e da comercialização de petróleo e gás natural.

Com a implantação da Zona Franca de Manaus na década de 1960, a cidade passou a ocupar lugar de destaque entre as principais do Brasil e da América Latina. Ao lado de Cuiabá, capital de Mato Grosso, é a capital que mais cresceu economicamente nos últimos quarenta anos.

A enorme expansão urbana e demográfica de Manaus na década de 1970 trouxe consequências positivas e negativas para o município, que se viu na situação de abrigar cada vez mais migrantes vindos de diversas regiões brasileiras e do interior do estado, atraídos por uma melhor qualidade de vida.

A prefeitura do município reconhece, desde 2010, 63 bairros oficiais, e os dados foram coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2016). Entretanto, há dezenas de bairros que não são reconhecidos pelo órgão administrativo, sendo então considerados como integrantes de outros bairros.

Dentre todas as regiões administrativas da cidade, a zona Sul é a maior em número de bairros, com um total de 18 bairros, sendo também a mais densamente povoada. No entanto, os bairros mais populosos são encontrados nas zonas Norte e Leste, como a Cidade Nova e o Jorge Teixeira, que possuem, cada um, mais de 100 000 habitantes.

A última divisão territorial ocorrida no município deu-se em 14 de janeiro de 2010, quando sete novos bairros foram criados – resultado da divisão dos três maiores bairros da cidade em extensão territorial – através da Lei Municipal nº 1.401/10. Por essa

medida, foram homologados os bairros de Cidade de Deus, Distrito Industrial II, Gilberto Mestrinho, Lago Azul, Nova Cidade, Novo Aleixo e Tarumã-Açu.

Em 30 de maio de 2007, foi criada a Região Metropolitana de Manaus, através da Lei Estadual nº 52 com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse metropolitano ou comuns. Conforme a lei, Manaus foi definida como sede da região metropolitana, que passou a ser formada por outros seis municípios: Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Em 27 de dezembro do mesmo ano, foi incluído o município de Manacapuru na região metropolitana pela Lei Estadual nº 59, somando oito municípios. Em 30 de abril de 2009, foram incluídos os municípios de Autazes, Careiro, Itapiranga, Manaquiri e Silves, totalizando 13 municípios na região metropolitana.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil, criado em 1965, o bairro manauara com melhor qualidade de vida e índice de desenvolvimento humano é o Nossa Senhora das Graças, que possui um IDH de 0,943, qualidade de vida semelhante ao da Noruega, por exemplo. Entretanto, também se encontram em Manaus locais com índices de pobreza semelhante aos de países pobres, como a comunidade de Grande Vitória, que possui um IDH de 0,658, semelhante ao da Bolívia, ou a comunidade de Parque São Pedro, detentor de um IDH de 0,688, que permite compará-la ao Vietnã. No total, 13 comunidades e bairros em Manaus foram classificados como em estado de "pobreza" e outros dois como em "extrema pobreza". A região da cidade tida como de melhor qualidade de vida é a Centro-Sul, além de outras localidades como Ponta Negra e algumas partes do bairro Cidade Nova. A região de maior incidência de pobreza é encontrada nas comunidades de Nova Vitória, Grande Vitória e nos bairros Cidade de Deus e partes do Jorge Teixeira e Tarumã.

O PNUD (2008) identificou, ainda, os bairros e regiões de maior incidência de analfabetismo na cidade. A região de menor taxa de analfabetismo de acordo com o PNUD é a Centro-Oeste, em especial os bairros de Planalto, Redenção e Da Paz, onde o analfabetismo até os 15 anos de idade atinge apenas 1,3% da população. A maior incidência de analfabetismo foi identificada nos bairros de Puraquequara e Colônia Antônio Aleixo, onde a média chega a 16,6%. Em geral, Manaus possui 6% de taxa de analfabetismo em uma população de até 15 anos de idade.

Em 1991, o município atingiu o total de um milhão de habitantes, e, 23 anos depois, em 2014, ultrapassou os dois milhões de habitantes. Configura-se atualmente

na vigésima sexta cidade mais populosa da América e na sétima mais populosa do Brasil, abrigando pouco mais da metade da população do Amazonas.

Na questão econômica e educacional, está entre os cinco municípios brasileiros com participação acima de 0,5% no PIB do país que mais crescem economicamente, e abriga a universidade mais antiga do país, a Universidade Federal do Amazonas, fundada em 1909. Segundo dados divulgados pelo PNUD, o IDH de Manaus passou de 0,601 em 2000 para 0,737 em 2010, considerado elevado - uma taxa de crescimento de 22,63%.

Com 2.631.239 habitantes em 2018, segundo estimativa do IBGE (2020), é a região metropolitana mais populosa da Região Norte e a décima primeira do país. O crescimento urbano de Manaus foi o maior da região Norte. Nos últimos dez anos, a cidade apresentou uma das maiores taxas média geométrica de crescimento anual. A taxa de crescimento urbano tem sido maior que a taxa nacional, apesar de ter sofrido uma queda no último censo.

Alguns dados sociodemográficos apresentados pelo IBGE cidades ilustram a realidade dos moradores de Manaus e são importantes para contextualizar o cenário da pesquisa a ser realizada: Em 2017, o salário médio mensal era de 3.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.7%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 2 de 62 e 1 de 62, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 181 de 5570 e 920 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 62 de 62 dentre as cidades do estado e na posição 3021 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Além disso, segundo a página do órgão, Manaus apresenta 62.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 23.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 26.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 1 de 62, 37 de 62 e 6 de 62, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1735 de 5570, 5015 de 5570 e 1441 de 5570, respectivamente (IBGE, 2020).

Em virtude da grande presença identificada de pessoas que vivem nas ruas da região, o bairro do Educandos foi escolhido conforme conveniência para a prática da atividade, uma vez que estas são o público-alvo da pesquisa.

Em Manaus o censo é realizado desde 2015 pela Gerência de Atenção à População em Situação de Rua da SEJUSC diariamente, com levantamento sendo feito pelo próprio órgão estadual e parceiros da rede de acolhimento à pessoa em situação de rua.

O levantamento atual revela o perfil dos que moram ou vivem em situação de rua da nossa cidade: a maioria são homens e mulheres com idades de 21 anos a 35 anos, mestiços, oriundos de diversos estados, mas principalmente do Norte e Nordeste e das cidades do interior do Amazonas, não há dados sobre adolescentes, mas este perfil revela que a situação dos mesmos pode ser muito parecida.

Segundo o mesmo, atualmente são 1.289 pessoas inseridas nessa condição em toda a capital e o maior motivador para se encontrarem em situação de rua são problemas familiares, com famílias em conflito e o uso de drogas ilícitas e álcool.

Assim como em grandes centros urbanos, em Manaus, as pessoas em situação de rua se concentraram majoritariamente no centro histórico, mas também são encontradas em bairros mais afastados. Elas ocupam os bancos das praças, calçadas, a frente de lojas ou improvisam uma moradia embaixo de viadutos ou em outras áreas públicas.

Segundo os dados de 2018 da SEJUSC, o bairro do Educandos, na Zona Sul, e a Praça da Saudade, são os locais com maior concentração de pessoas nessas condições. São nessas áreas que trabalham em sua grande maioria como flanelinhas ou carregando e descarregando os barcos de recreio que chegam à cidade. Outros locais são as zonas Norte e Oeste, em locais como o porto de Santo Agostinho e Compensa. Assim, o habitar na rua torna-se uma alternativa para muitas pessoas.

Segundo Pessoa (2014), a história do bairro do Educandos inicia oficialmente no ano de 1856 quando o presidente da província do Amazonas, João Pedro Dias Vieira, resolve criar, através da Lei nº 60, de 21 de agosto desse ano, o estabelecimento dos Educandos Artífices, na época um modelo avançado de educação profissionalizante, que estava sendo aberto em todo o Brasil.

A localidade permaneceu por muito tempo possuindo apenas a escola, até que o governador Fileto Pires Ferreira, que governou o Estado de 1896 a 1898, resolveu distribuir as terras das margens do rio Negro às famílias abastadas de Manaus, criando inúmeras fazendas na ilha onde está localizado o Educandos. O local ganhou aspecto de comunidade em 1901, quando o governador da época, Silvério José Nery mandou abrir as seis primeiras ruas do bairro, nomeadas de Norte- Sul 1,2 e 3, cortadas pelas Leste-Oeste 1,2 e 3.

Em 1907, o bairro passou a se chamar Constantinópolis, através do Decreto nº 67, de 22 de julho. Em 1929, os estragos causados pela quebra da Bolsa Valores de Nova Iorque refletiram também no bairro do Educandos e serviu de golpe mortal à economia local, que já se encontrava abalada por conta do declínio do período áureo da borracha. Como resultado, as prósperas famílias que moravam no bairro deixaram suas propriedades e foram em busca de novas oportunidades em outros centros urbanos.

Durante esse período, o Educandos, viveu um período de letargia econômica, social e urbana, que se estendeu até o final da segunda Guerra Mundial, em 1946, quando o bairro passou a receber um grande número de “soldados da borracha”, nordestinos que se estabeleceram principalmente na estrada de Constantinópolis, abrindo pequenos comércios de onde tiravam sua sobrevivência, o que mudou inclusive o nome da estrada, que passou a ser conhecida a partir de então por estrada dos Arigós.

A chegada dos nordestinos fez aflorar o preconceito das famílias antigas do bairro contra os novos moradores, considerados brutos demais para viver na sociedade da época. Depois, o bairro passou a receber outra espécie de moradores: as prostitutas do Centro de Manaus, bêbados e pedintes, que findou em 1971, quando muitos bares instalados na Leopoldo Peres foram vendidos e transformados em lojas. Em 1976, na administração do prefeito Jorge Teixeira, o bairro recebeu asfalto e outras melhorias urbanas, tornando-se um forte centro comercial e se assemelhando mais à configuração atualmente conhecida,

O Educandos está localizado na Zona Sul de Manaus, tendo como limites os bairros de Santa Luzia e Colônia de Oliveira Machado, o igarapé do Educandos e o rio Negro. Está ligado a Cachoeirinha pelas pontes Efigênio Sales e Juscelino Kubistchek e o Centro da cidade pela ponte Padre Antônio Plácido. Sua população é estimada em 16 mil habitantes, conforme censo do IBGE de 2000, e também é conhecido carinhosamente por “Cidade Alta”. O perímetro do bairro inicia no Rio Negro com o Igarapé do Educandos (deste último até o Igarapé do 40); vai até a avenida Leopoldo Peres e segue para a avenida Presidente Kennedy; no sentido Norte/Sul até a nascente do Igarapé da Colônia Oliveira Machado; voltando ao Rio Negro até o Igarapé do Educandos.



(Fonte: Ricardo Oliveira/ Revista Cenarium, 2020)

O bairro tem seu centro financeiro e econômico na avenida Leopoldo Peres, gerando muitos empregos diretos e indiretos, além de renda para trabalhadores informais e pessoas que se encontram em situação de moradia nas ruas, não estando restrito porém ao comércio. O Educandos é margeado pela orla do Rio Negro e emoldurado pelo calçadão batizado de Amarelinho, ponto turístico do bairro e é considerado um dos bairros mais tradicionais da cidade de Manaus.

Estruturalmente, o Educandos apresenta um grande percentual de palafitas, habitações regionais levantadas sobre estacas de tamanhos variados, obedecendo ao declive do terreno para dar certo equilíbrio à construção. De modo geral, a paisagem exhibe um cenário de zonas altas e baixas, bem definido hierarquicamente. No topo da encosta verificamos as residências edificadas em alvenaria, teoricamente mais seguras do que as palafitas da base da encosta se levarmos em consideração o melhor padrão de construção e infra - estrutura. Esse contraste compõe o cenário no qual foi realizado o trabalho, sendo a relação natureza-sociedade uma importante característica do lugar.

2.5 Contexto temporal da pesquisa

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constituía Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em 11 de março, a OMS descreveu a situação da COVID-19 como uma pandemia considerando-se que naquela data 136 países haviam relatado casos da doença.

A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Os coronavírus são a segunda principal causa do resfriado comum e até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos. No entanto, verificou-se que o SARS-CoV-2 é um vírus altamente transmissível e patogênico que ocasiona Síndrome

Respiratória Severa Aguda (SARS) de difícil manejo clínico, possuindo contágio rápido e ocasionando muitas mortes em pouco tempo (OPAS, 2020).

Sendo considerada um evento histórico, a pandemia causada pela COVID-19 trouxe uma nova demanda, bem como muitas lacunas quanto às informações sobre a mesma: taxas de letalidade, potencial de transmissão, tratamento, existência de outros efeitos ou sequelas no organismo dos que foram infectados, por exemplo.

Por esse motivo, desde março de 2020, cerca de 48 milhões de estudantes de todos os níveis de escolaridade deixaram de frequentar as atividades presenciais nas instituições de ensino do Brasil e em todo o planeta as pesquisas de campo e suas produções foram surpreendidas pelas intensas transformações causadas pela propagação deste vírus (OPAS, 2020).

O desafio de se adaptar à nova realidade ainda é enfrentado por toda a comunidade científica, e a pesquisa social precisou passar por significativas mudanças para se adequar às novas limitações impostas pelo distanciamento. A recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de ficar em casa, para conter a disseminação do vírus Sars-CoV-2, limitou as atividades da ciência que dependiam de estudo de campo para dar continuidade a seus projetos. Especificamente quanto às pesquisas desenvolvidas com seres humanos, até então única população afetada pelo vírus, estas deveriam garantir a proteção dos seus participantes e a integridade de todos os envolvidos no processo de inserção no campo de estudo, reduzindo-se ao máximo o contato social.

Nesse sentido, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) passou a orientar a adoção de diretrizes previstas pelo Ministério da Saúde no documento intitulado Orientações para a condução de pesquisas e atividades dos CEP durante a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), com o objetivo de minimizar os potenciais riscos à saúde e a integridade dos participantes de pesquisas, pesquisadores e membros dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) (CONEP, 2020).

3.1. Aconselha-se a adoção de medidas para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa. (BRASIL, 2020)

Em virtude do panorama apresentado a Universidade Federal do Amazonas suspendeu em 16 de março de 2020 as atividades presenciais (Decisão *Ad Referendum* CONSUNI 01/2020), o que contribuiu para que um novo cenário de pesquisa fosse criado. Por esse motivo, foram realizadas algumas alterações

nos procedimentos metodológicos, a fim de que se cumprisse o previsto no documento acima citado, dentre elas a redução no número de sujeitos entrevistados, a substituição do ambiente de realização das entrevistas e o uso de máscara e álcool em gel.

2.6 Considerações éticas

A pesquisa com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social apresenta algumas particularidades éticas. Sendo assim, a mesma foi realizada mediante apresentação clara dos objetivos e dos procedimentos da pesquisa para os participantes e seus responsáveis, bem como para o Conselho Tutelar da região, que autorizou o processo de observação e coleta de dados.

Visando preencher os requisitos para sua execução, a fim de assegurar sua validade e relevância para a sociedade manauara, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP-UFAM), tendo sido aprovada em 28 de janeiro de 2020, através do parecer de número 3.813.665 com o CAE 24341019.6.0000.5020.

Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e de Assentimento, firmaram o compromisso em respeito à autonomia, liberdade e privacidade dos indivíduos, esclarecendo-os quanto à sua participação voluntária, os objetivos da pesquisa e uso das informações obtidas. Após estas informações, os participantes que concordaram em participar da pesquisa, assinaram juntamente com a pesquisadora os termos correspondentes em duas vias, destinando-se uma via para cada parte.

Ademais, a pesquisadora responsável se comprometeu de forma autônoma a garantir o sigilo e proteção do público-alvo, sem oferecer recompensa financeira ou outra semelhante, disponibilizando entretanto, formas de assistências sociais e psicológicas para os participantes caso houvesse necessidade. Ainda que se tratasse apenas de uma investigação feita através de questionários e entrevistas, eventualmente poderiam ocorrer incômodos ou constrangimentos por parte do entrevistado durante sua participação na obtenção dos dados, fatos estes que levariam a pesquisadora à suspender a aplicação dos instrumentos, prestando-lhe assistência imediata objetivando seu bem-estar, encaminhando-o se necessário à um serviço de atendimento psicológico de responsabilidade da pesquisadora.

Os registros de áudio obtidos durante a realização desta pesquisa mantiveram o anonimato dos sujeitos e serão descartados após a apresentação final deste trabalho.

Visando o retorno dos benefícios para a população estudada, caso hajam condições favoráveis, os resultados do trabalho serão socializados com os participantes pela pesquisadora, em uma data após a aprovação da dissertação (a ser definida), esperando-se que esta socialização seja configurada como um espaço de discussão e debate com o objetivo de que os envolvidos nos demais níveis, pensem e re (configurem) questões pertinentes à temática investigada.

III CONHECENDO AS SUBJETIVIDADES - A COMUNIDADE E OS ADOLESCENTES

3.1 A proteção social através da organização da comunidade

A partir dos primeiros contatos com o campo, a pesquisadora buscou encontrar categorias de análise que pudessem dar sentido às escutas advindas dos processos conversacionais e à percepção dos sentidos e significados que essas conversações foram tomando na tecitura da compreensão das subjetividades. Sobre isto, Mitjás Martínez (2019) defende que a pesquisa qualitativa se constrói na realidade a ser pesquisada e com o olhar interpretativo do pesquisador a partir de teorias e hipóteses elaboradas sobre a temática, sendo um constante processo de descobertas e construção de significados.

Neste momento, analisaremos o contexto da comunidade e as relações que são estabelecidas por meio de políticas públicas; a importância dos vínculos com pessoas que atuam como tutores de resiliência e outras que funcionam como riscos ao desenvolvimento da criança e do adolescente; e a defesa do ECA, enquanto mecanismo de garantia de direitos e do desenvolvimento saudável às crianças e adolescentes.

Durante a contextualização do cenário no qual a pesquisa foi desenvolvida, muitos conceitos utilizados como referencial teórico para a construção da proposta puderam ser identificados.

Na ocasião de entrega e assinatura do Termo de Assentimento pela então conselheira tutelar, foi constatado que o Conselho Tutelar da Zona Centro-sul situado no bairro apresentado como contexto de moradia dos entrevistados, atuava intervindo junto à demandas diversas, destacando-se o papel desempenhado por Jurema, então conselheira tutelar na época, fevereiro de 2020.

Desde quando ainda se encontrava nas atribuições do cargo, Jurema se configurava como importante líder comunitária, sendo de extrema necessidade para a dinâmica social do bairro de Educandos. Atualmente, por uma série de questões políticas (a mesma não foi reeleita depois de uma eleição apontada como fraudulenta, porém não investigada) Jurema não se encontra mais à frente da instituição, mas ainda é constantemente procurada pela comunidade, que a utiliza como intermédio para a obtenção de diversos serviços.

Em oposição à literatura visitada que retrata a atuação dos conselhos tutelares no Brasil, a conselheira tutelar em questão atuava de maneira a proporcionar o protagonismo dos sujeitos residentes no bairro; não só dos participantes da pesquisa, como todos os demais. Sua conduta não era baseada na política da repressão ou de “polícia” mas em

princípios participativos e de colaboração, o que serviu para desenhar a relação de confiança estabelecida com a comunidade, que é mantida mesmo após seu afastamento formal.

A conselheira em questão, durante sua gestão, buscava realizar parcerias com os demais membros do bairro Educandos, alcançando resultados extremamente positivos, atendendo inclusive públicos diferentes do previsto. Além disso, Jurema conhece minuciosamente as ruas e vielas do bairro, conseguindo localizar as áreas nas quais se encontra a maior quantidade de crianças e adolescentes em condições de risco e vulnerabilidade social, sabendo relatar a história pessoal de grande parte deles.

Diversos casos foram citados, nos quais a existência do Conselho Tutelar da área (personificado na figura de Jurema) foi reafirmada como um importante aparato da rede protetiva percebida pelos participantes entrevistados e demais membros comunidade. Jurema será citada de maneira recorrente ao longo das discussões desse trabalho, aparecendo como destaque em histórias relevantes para o entendimento do quadro de vulnerabilidade a qual o público-alvo está exposto.

Apesar dos inúmeros fatores de risco imagináveis, um possível aspecto positivo foi encontrado já nos primeiros dados obtidos durante o levantamento feito, a ser verificado na fala dos adolescentes posteriormente: o apoio social, que existe e se manifesta na ação de diversas pessoas que residem no bairro.

Um caso interessante, relatado por Jurema ainda na primeira ida à campo é o de um jovem de 13 anos que reside nas ruas desde bem pequeno. Segundo a mesma, há mais ou menos dois anos ele passa as noites no mercadinho de um morador antigo do bairro, que lhe dá comida, roupas e até remédios sempre que o mesmo precisa.

O jovem, quando questionado sobre onde mora, sempre afirma viver nas ruas, mas relata ter uma casa (mercadinho) e quando perguntado sobre família, diz ser parte da família deste senhor, que reconhece que mesmo que o jovem esteja longe a maior parte do tempo, sempre sabe seu paradeiro; caso o jovem passe mais tempo do que o normal sem aparecer ele se preocupa e vai buscar notícias sobre ele.

No cenário pesquisado, vive também um rapaz muito temido e retratado por todos como violento, sendo apontado como causador de alguns crimes. Apesar dessa descrição, o homem é de total confiança das crianças, que sempre recorrem à ele quando precisam de algo. O rapaz em questão está sempre rodeado por elas, defendendo-as e dando-lhes apoio não só emocional, mas também financeiro. Seus filhos mesmo possuindo moradia fixa convivem bastante com os que vivem ou passam bastante tempo nas ruas e, segundo

relatos, recebem conselhos e lições sobre mudança de vida, saída do mundo da criminalidade, entre outras coisas. Sempre que há alguma ocorrência envolvendo as crianças e adolescentes no bairro, eles apontam essa pessoa ou a ex - conselheira como seus responsáveis legais, o que denota o quanto os vínculos estabelecidos pelos dois proporcionam sensação de segurança às mesmas.

Para ilustrar melhor a relação existente entre Jurema, esse rapaz e o público-alvo, trazemos a narração de um determinado evento de carnaval realizado há alguns anos na comunidade:

Neste dia, as crianças e adolescentes que se encontravam no local iam constantemente até o encontro dos dois, pedindo valores em dinheiro para que pudessem brincar nos aparelhos montados na área para divertimento do público. Jurema (líder comunitária e ex - conselheira tutelar) e Carlos (nome fictício dado ao rapaz), confiando que o dinheiro seria destinado às brincadeiras deram aos que pediram uma quantia para que pudessem pagar pelos brinquedos. A maior parte das pessoas que presenciaram a cena reprovaram a ação dos dois, afirmando que as crianças fariam uso do dinheiro para a compra de drogas e bebidas alcólicas, fato que não ocorreu. Assim que Jurema e Carlos deram o dinheiro às crianças, todas se dirigiram ao responsável pelo parque, brincando exaustivamente até o final do evento, utilizando a quantia recebida somente para diversão. (Notas de Diário de Campo, dia 28 de agosto de 2020)

A ocorrência de tal situação é bastante propensa para a discussão dos estereótipos criados em relação às crianças e adolescentes que se encontram nas ruas. O impacto que o papel social imposto à esse público pode influenciar negativamente em sua adaptação e qualidade de vida, levando ao estigma e marginalização (HUTZ; KOLLER, 1997, ECKER, 2017).

Por outro lado, posturas de incentivo e de crença positiva como as de Jurema e Carlos funcionam como um importante fator protetivo, que contribui para o fortalecimento não só da autoestima, mas também do resgate de atividades comumente realizadas por outras crianças e adolescentes, que não vivem em situação de vulnerabilidade social.

Outra história que retrata o modo como as coisas acontecem na região foi trazida por Jurema: as mortes de suspeitos de terem violentado sexualmente uma menina do bairro. Após a ocorrência do crime, a vítima de doze anos e sua mãe foram retiradas da Unidade Básica de Saúde na qual se encontravam, por Rosa (nome fictício), recebendo dela medicações e o que mais precisaram para tratar de problemas de saúde ocasionados pelo abuso sofrido. Rosa é uma das chefes do tráfico do bairro, sendo responsável por resolver as coisas naquela área, fazendo isto sempre segundo suas próprias leis.

Ao tomar conhecimento do fato Jurema exigiu que as providências necessárias fossem tomadas, incluindo a realização dos trâmites legais, como denúncia junto à polícia, etc. Apesar da tentativa da conselheira, não houve tempo hábil para isso, uma vez que ao descobrirem a identidade dos autores do crime, populares do bairro envolvidos com gangues locais terminaram por fazer a chamada “justiça com as próprias mãos”, julgando-os segundo o “tribunal do crime”.

Nessas breves histórias, podemos entender como pessoas que podem parecer “perigosas” (aspas da pesquisadora) no contexto da comunidade, podem ser reportadas como fatores protetivos. A esse respeito, Yunes e Szymansky (2001) afirmam, que os sentidos atribuídos para as situações são complexos e diferentes para cada pessoa, aspecto também defendido por Nascimento, Sampaio e Vasconcelos (2020, p. 825), quando dizem que

Não existe linearidade, mas sim contradições, não há previsibilidade alguma das dimensões subjetivas desencadeadas no decorrer da história de vida de cada sujeito. A contextualização e as relações dos sistemas em que o sujeito se movimenta precisam ser observadas, não de forma isolada e estática, mas buscando compreender as conexões e os desdobramentos acarretados, a fim de identificar os fatores de risco e proteção considerados necessários para a análise da resiliência.

São histórias de vida que perpassam por várias situações, nas quais crianças, adolescentes, e suas famílias dependem da proteção da comunidade; são os vínculos sociais de proteção, conforme defende Paugam (2019) ao explicar a teoria do vínculo em Serra e Bicudo (2019):

o indivíduo não pode viver sem vínculos e passa sua vida a vincular-se – ou a voltar a vincular-se após uma ruptura – à sua família antes de tudo; mas também a seus próximos, que ele escolheu por amor ou amizade; à sua comunidade étnica ou religiosa; a seus colegas de trabalho ou a seus pares; às pessoas que compartilham as mesmas origens geográficas, sociais ou culturais; e certamente também às instituições de seu país de origem. Em outras palavras, o indivíduo é antropológicamente solidário pois não pode viver sem esses múltiplos vínculos que lhe asseguram, a um só tempo, a proteção frente aos riscos do cotidiano e o reconhecimento de sua existência e de sua identidade enquanto ser humano. (p. 210-211).

Neste caso parece prevalecer a máxima que diz que onde o poder público se abstém de agir, como nos casos ouvidos, a comunidade age como proteção, enquanto paralelamente os próprios adolescentes (re)constroem suas histórias de vida, processo em

que as idades cronológicas são apenas referências quantitativas, uma vez que suas experiências de enfrentamento exigem uma “força” que não pode ser medida em anos cronológicos.

3.2 Tauane e Iberê: inúmeras vivências *versus* pouca idade cronológica

Nesta fase do trabalho, vimos como fatores de risco e proteção encontram-se imbricados e emaranhados no cotidiano dos adolescentes que vivem na rua, propiciando inúmeras experiências apesar da pouca idade: vivências que podem se tornar propulsoras de resiliência; vivências que motivam a encontrar soluções inovadoras para o sofrimento e vivências que marcam, que traumatizam no sentido negativo, mas que estão relacionadas ao cotidiano. Os riscos sociais são apontados e novas estratégias e soluções precisam ser encontradas para a sobrevivência na rua.

O contato com os participantes da pesquisa revelou inicialmente que a situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes não necessariamente implica na inexistência da família, mas num ato de circular pelas ruas em grande parte do tempo vivenciando diversas situações, diferentemente de uma criança e adolescente que permanecem protegidos pela família tradicional. Em ambas as histórias de vida foram identificadas situações que colocavam as crianças em situação de vulnerabilidade, mesmo dentro de casa, relatadas inclusive de maneira verbal pelas mesmas.

Durante a busca de Tauane para convidá-la a participar do estudo, realizada em sua própria residência, a primeira análise a ser feita foi a da existência dos conhecidos diferentes graus de supervisão, uma vez que houve uma grande dificuldade em encontrá-la, já que sua mãe não sabia onde a mesma se encontrava, afirmando apenas que não a via há muitas horas, fato que poderia ser entendido por muitos como ausência de cuidados). Seguindo-se as observações feitas, ressaltamos o espaço reduzido no qual vivem Tauane e mais sete pessoas. A casa não possui divisão entre os cômodos, nem móveis, além de serem visualmente encontradas muitas coisas jogadas ao chão. Essa característica se tomada de maneira descolada da realidade manauara pode levar à pré-julgamentos, porém se pensamos as cidades como ambientes de disputa, podemos observar que diversos grupos tornaram-se destacados desse processo, uma vez que dentro de uma mesma cidade, é fácil visualizarmos violentas discrepâncias nas condições de moradia e acesso a meios sociais. Para muitos a escolha do local de moradia deixa de ser uma possibilidade de opção, já que alguns grupos não possuem acesso financeiro à algumas áreas e esse é um dado importante para o quadro de desigualdades sociais e

custos urbanos presentes no Brasil contemporâneo, que apesar de conter em seus bairros mais periféricos inúmeras potencialidades, acentua os contrastes, a discriminação e a vulnerabilidade (VÉRAS, 2003).

Na capital amazonense, diferentemente de outros países, a redução no espaço físico não se deve à manutenção de características históricas dos prédios, ou ao fato de as cidades serem geograficamente menores, ou simplesmente pela opção de morar em um ambiente estruturalmente menor, mas à necessidade, à falta de condições de viver com os membros da família em uma casa (enquanto espaço construído) que comporte a todos. Ou seja, é preciso que se enxergue a questão das cartografias sociais segundo uma topografia da alteridade e da interculturalidade, para além do reconhecimento da diferença e da cidadania territorial, como aponta Vêras (2000), visto que a moradia, mais do que teto, parede e piso, se traduz em a direito à cidade, ao ambiente construído, aos equipamentos, ao endereço de cidadão, à paisagem e a seu território, e é nesse sentido que a disposição espacial da casa da primeira participante é citada.

Outro fato percebido no ambiente, foi a presença do pai de Tauane, que conforme relato de uma terceira pessoa já havia se separado várias vezes da mãe da jovem, mudando constantemente de companheira e retornando sempre para casa. O pai de Tauane faz uso de bebidas alcólicas e a mãe não possui emprego fixo, o que dificulta muito na manutenção da casa e criação dos filhos.

Tauane é a mais velha de seis filhos de sua mãe, e é responsável por cuidar de todos eles na sua ausência, conforme relatado a seguir na conversação feita posterior ao convite e aceite:

Pesquisadora: Tu mora só com a tua mãe?

(Aceno positivo com a cabeça)

Pesquisadora: São 5 irmãos que tu tem?

(Aceno positivo com a cabeça)

Pesquisadora: Tu sabe a idade deles?

Tauane: Um tem 7... uma tem 7, o outro tem 10, a outra tem 4, o outro tem 5 e a neném tem 1 ano. Quando a mamãe sai eu fico com eles.

Além disso, a menina relatou não receber muitas demonstrações afetivas por parte de sua mãe, “apanhando” com frequência. Tauane considera ser esse o motivo mais predominante para a sua ida e permanência por muito tempo nas ruas.

Tauane: É...

Pesquisadora: É?

Tauane: Só “as vez”.

Pesquisadora: Mas é mais brava ou mais carinhosa? Como que é?

Tauane: “As vez” ela me bate, “as vez” não.

Jurema: Todos vocês lá apanham? Todos apanham... a bebê não apanha não ainda né?

Pesquisadora: Então a mãe é brava... ou vocês que aprontam demais. Como que é?

Tauane: Meus irmãos que aprontam com ela, aí sobra pra mim.

Pesquisadora: E você ajuda em casa, fazer serviço...

Tauane: Ajudo.

Pesquisadora: Então quê que tem de ruim na tua casa, é isso? Que vocês apanham? Que a tua mãe briga quando “tá” com raiva...

Tauane: Por isso que vou pra rua, em casa é só apanhar...

Tauane afirmou estar nas ruas durante a maior parte do dia, por não gostar de estar em casa e passar por essas situações de conflito com sua mãe, além de ter muitas atividades para fazer com suas amigas.

Pesquisadora: E o que tu gosta de fazer quando tu “tá” na rua?

Tauane: Ah, de passear, de ficar com as minhas amigas.

Pesquisadora: E pra onde tu vai com as tuas amigas? O quê que vocês fazem juntas, me conta aí.

Tauane: A gente fica andando por aí, a gente fica andando. A gente vem pra ponta por aqui, na praça, a gente toma sorvete, a gente merenda...

Quando questionada sobre a escola, Tauane afirmou apenas que gostar de ir, principalmente por encontrar os colegas. Sua fala sobre a escola é curta e sem ênfase, apenas comenta que tem dificuldades na na leitura e escrita, não menciona mais detalhes. Profissionalmente, a jovem anseia por ter uma independência financeira e construir um salão de beleza, haja vista que a mesma gosta de realizar trabalhos voltados para a estética, área que pretende cursar quando concluir o ensino regular. Percebemos que Tauane tem

uma visão sobre a profissionalização a partir de sua vivência no cotidiano da comunidade em que as meninas e mulheres abrem salões de beleza para o trabalho. Deseja ter autonomia financeira, mas não menciona a escola como o espaço que proporcionaria uma formação, relaciona a escola com as amigas e com a fala de dificuldade de aprendizagem. Essa menção à escola pode nos levar a refletir que o espaço da escola não é o mais significativo e se relaciona com as dificuldades, o que nos faz refletir sobre o papel da escola enquanto instituição promotora de aprendizagem formal e desenvolvimento humano para a juventude perceba caminhos para a profissionalização e para a cidadania, constituindo-se como um espaço de proteção, de resiliência e potencialização de habilidades e sonhos. Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2005) defendem que a escola pode ser protetiva, que ela pode atenuar efeitos negativos na vida de jovens que vivenciam os riscos em seu cotidiano.

Sobre gostar de morar no bairro a menina afirmou não pensar em morar em outro lugar, mesmo que nele nem sempre aconteçam somente coisas boas.

Sobre ter algum local ou alguém para buscar no caso de situações ruins, Tauane trouxe a fala que segue:

Pesquisadora: Deixa eu te perguntar outra coisa, quando acontece alguma coisa assim de ruim, alguma coisa que precisa de ajuda, o quê que tu faz? Pra quem que tu... tu procura?

Tauane: Às vezes a gente procura a tia Jurema.

Pesquisadora: O quê que a tia Jurema faz de bom, que todo mundo procura a tia Jurema?

Tauane: Ela ajuda nós, ela é legal, a tia Jurema.

Sabemos que a família configura-se como um dos aspectos que compõe o eixo da inserção relacional na determinação da forma de existência social de suas crianças e adolescentes e que as famílias de origem de crianças e adolescentes em situação de rua são, com frequência, numerosas, marcadas pela violência, pela carência material e afetiva e pelo uso de drogas (Castel, 2004), o que se confirma com a observação inicial feita pela equipe ao chegar à casa do segundo participante da pesquisa, momento em que sua mãe comercializava algumas porções de entorpecentes na presença do filho mais novo (menos de um ano de idade).

Iberê é o irmão mais velho de cinco filhos, todos órfãos e de pais diferentes, o que reforça o convívio constante que esta criança mantém com as drogas, uma vez que ao ser realizada uma investigação mais profunda sobre o assunto, a mãe revelou que todos os ex-maridos haviam sido assassinados por motivos relacionados à essa questão.

O que podemos refletir e compreender ao escutar as histórias dos participantes, é que no que se refere ao contexto familiar, em ambos os casos foi evidenciada a instabilidade ou mesmo a ausência de um monitoramento mais efetivo esperado para sua idade, revelando o contexto de violência, caracterizado por um acompanhamento familiar mais frequente, conflitos e práticas educativas violentas. De acordo com Bernardi (2020) o desenvolvimento da criança e do adolescente é fundamentado na convivência familiar, entendendo essa convivência como relações contínuas de afeto, proteção e cuidado para que consigam desenvolver vínculos afetivos, experimentar emoções e vivenciar autonomia na construção de sua subjetividade, com relações de reciprocidade e respeito. Esse é o conceito de convivência familiar defendido pelo ECA (BRASIL/ECA, 1990), uma convivência promotora de desenvolvimento, entretanto nem sempre praticada pelos núcleos familiares que em seu cotidiano não conseguem se organizar e que carecem de ajuda de políticas públicas para orientá-las e favorecer o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Sobre as atividades que mais gosta de realizar no momento em que se encontra nas ruas, Iberê afirmou gostar de jogar bola com os amigos, o que nem sempre é possível, uma vez que no bairro não existem campos ou quadras para a prática de esportes, somente no bairro vizinho, onde eles não podem frequentar por causa da briga pelo tráfico, pois sofrem ameaças e agressões. Além disso, o mesmo também relatou gostar de passear pela orla, tomar banho no balneário da Ponta Pelada e na beira do rio próxima à sua casa (onde o encontramos pela primeira vez, no momento do convite para a pesquisa).

O que se nota com esse dado trazido por Iberê é que a situação do distanciamento familiar vivida pelos adolescentes, ainda é agravada pela fragilidade de uma rede de suporte social, na qual deveriam estar inclusas políticas públicas que garantissem os direitos básicos, como acesso à educação e/ou trabalho, aos serviços de saúde, participação em atividades físicas, e outras.

O Brasil conta com um Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC, 2006) aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) também em 2006 (Bernardi, 2020). Entretanto, o plano infelizmente não é

colocado em prática para a efetivação das garantias desses direitos. O que se compreende ao olhar a realidade brasileira e a realidade das crianças e adolescentes do bairro Educandos é que as famílias carecem de apoio por meio de políticas públicas para se organizarem e serem base de afeto.

Para a grande maioria dos problemas vivenciados por sua família, Iberê apontou Jurema como pessoa de confiança a quem recorrem, uma vez que ela sempre fornece alternativas para tentar resolvê-los. Vimos que Jurema é a pessoa da comunidade que atua como tutor de resiliência, conceito defendido por Cyrulnik e Cabral (2015), referindo-se à pessoas que auxiliam e dispõem de afeto para ajudar o outro em momentos difíceis, ajudam a elaborar o trauma e as dificuldades e a superá-los.

Apesar de toda a situação familiar dos participantes, já descrita, ainda percebemos o desejo de manutenção do vínculo por parte dos adolescentes, como trazido por Tauane na fala que segue:

Pesquisadora: Tu já disse que gosta de morar aqui né? Se pudesse, moraria em outro bairro?

Tauane: Gosto... eu não! Prefiro ficar aqui mesmo, eu e minha família, pelo menos eles estão perto.

Sobre esse assunto, Iberê trouxe a seguinte fala:

Pesquisadora: Tu tem vontade de morar em outro lugar?

Iberê: Tenho não.

Pesquisadora: Não?

Iberê: Só se eu levasse meus irmãos e minha mãe, aí seria assim, num lugar bem bonito e grande, pra caber todo mundo né?

Pesquisadora: É? Mas aí, tu iria sem eles?

Iberê: Não, só com eles.

O que podemos concluir a partir do trechos apresentados, é que ainda que hajam conflitos, vulnerabilidades e dificuldades, a família permanece sendo uma importante rede de pertencimento para esses sujeitos e que seus laços tendem a resistir. Ou seja, ainda que fragmentados e permeados por ambivalências, o vínculo familiar funciona como um importante aspecto da rede de proteção destes adolescentes (BERNARDI, 2020).

Relatos de violência são bastante comuns e revelam que a rua vulnerabiliza e torna crianças e adolescentes vítimas potenciais de agressões físicas e verbais, exploração do próprio trabalho e exposição às drogas. Ataques de gangues rivais, abusos psicológicos e sexuais e humilhações pela polícia e pela sociedade de modo geral fazem parte do cotidiano daqueles que vivem em situação de rua.

Conforme informações levantadas na revisão de literatura, questões relacionadas ao tráfico de drogas são apontadas como as principais motivações para os crimes nas grandes cidades e no bairro do Educandos especificamente, já houveram muitos registros por parte da Secretaria de Segurança Pública do estado do Amazonas de lutas entre gangues pelo controle da venda dessas substâncias na área, o que já ocasionou a morte de muitos jovens, incluindo pessoas próximas aos entrevistados, conforme relatos abaixo:

Jurema: Tu conhecia aquelas duas meninas Tauane, que mataram aí no beco São Francisco?

(aceno positivo com a cabeça – por parte de Tauane)

Tauane: A S. e a T. conhecia.

Jurema: É?

Tauane: A S. era irmã da minha prima.

Jurema: Era Tauane?

Pesquisadora: Quantos anos elas tinham?

Tauane: 14.

Jurema: 14? Foram duas adolescentes que foram mortas aqui no beco, porque elas eram lá da Colônia né? E aí, é... esse negócio de facção. A Colônia Oliveira Machado era uma facção, que era a CV e aqui é FDN.

Tauane: É que tava jogando um contra o outro, FDN e CV.

Pesquisadora: CV é Comando Vermelho?

Tauane: CV é Comando Vermelho e FDN, Família do Norte.

Jurema: Que é da Colônia, aí ela veio pro Educandos... aí os meninos do Educandos descobriram que elas tinham ligação e aí elas foram assassinadas brutalmente, foi ano passado isso.

Tauane: Aí elas perdem a vida... foi por causa disso que houve o... o Comando Vermelho comandou tudo.

Pesquisadora: Ah, tipo... eles ganharam a briga.

Tauane: Foi, foi depois desse crime. Aí o único canto que não se virou foi metade da Compensa, que se juntou com o PCC pra querer, “tão querendo atacar de novo”.

Contudo, o convívio com a violência não foi trazido exclusivamente na entrevista com Tauane. Iberê sobre esse assunto apresentou o conteúdo que segue.

Pesquisadora: Tu conhece alguém envolvido com coisa errada Iberê?

Iberê: Sim, aquele pessoal lá da chacina “tudinho”.

Pesquisadora: É?

Iberê: Sim, aquele dia que eles foram invadir lá pra tomar o tráfico meu padrasto morreu. Eu “tava” lá na lan house, aí “os cara” passaram chamando quem queria ir, que era pra ir pegar arma, porque já ia acontecer.

Pesquisadora: Foi? E aí?

Iberê: Aí eu ia, mas eles não deixaram porque eu era pequeno “pras armas”. Meu padrasto que “tava” comigo que foi, ele nem ia. Aí não voltou...

O que notamos ao compararmos a evolução do comércio de drogas na cidade, é que em tempos anteriores, os membros das gangues não aceitavam crianças e adolescentes no tráfico por acreditarem que caso estes fossem apreendidos pela polícia, os mesmos não aguentariam as práticas de tortura e delatariam os traficantes. Entretanto, na atualidade, esta é a mão-de-obra mais utilizada pelos donos das drogas, uma vez que estes se aproveitam da lei de proteção à infância e juventude para atribuir toda a responsabilidade do ato criminal ao adolescente infrator, quando no acerto de contas com a justiça.

Ainda sobre a temática da violência encontrada nas ruas do bairro, de maneira recorrente surge o “traficante romantizado”, herói no bairro e justiceiro, que além de ajudar a comunidade na garantia da segurança e das necessidades básicas, também “resolve as coisas” segundo suas regras, sendo que não existe referência de um único traficante no território, mas de vários, que disputam o controle da venda de drogas e disseminam o medo na região. Segundo o estudo de Pessoa e Coimbra (2020) os traficantes são idealizados pelos adolescentes e participar do tráfico de drogas proporciona ascensão social, acesso à bens (roupas, tênis) e participação em festas na comunidade, o que confere ao adolescente poder e sensação de pertencimento a um grupo.

Em ambos os casos analisados, a presença de substâncias entorpecentes é frequente, principalmente na forma de convites realizados por adultos que também moram nas imediações. Estes fazem uso da mão-de-obra das crianças e adolescentes que se encontram nas ruas para a realização de pequenas práticas como por exemplo, a entrega ou recebimento de produtos advindos de crimes. Na maioria dos casos relatados pelos adolescentes, esses criminosos oferecem em contrapartida quantias em dinheiro, presentes ou proteção dentro da comunidade, o que de fato funciona como fator protetivo para os mesmos, uma vez que o bairro investigado possui um alto índice de criminalidade e é extremamente vulnerável às pessoas que não fazem parte de um grupo ou facção específica.

Autores como Moraes, Neiva-Silva e Koller (2010) já apontaram que adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade podem superar as adversidades pela execução de atos infracionais para acessar recursos que favoreçam sua saúde mental, são os recursos protetivos nas atividades antissociais. Uma realidade paradoxal à proteção tradicionalmente concebida para o adolescente, mas que ocorre em locais onde há ausência de políticas de proteção e desenvolvimento.

O trecho a seguir retrata de maneira realista como se dá essa interpelação feita pelos traficantes da área.

Pesquisadora: E aí do pessoal que mora aqui no bairro, tem gente ruim ou é todo mundo legal? Tem aqueles que tu fala assim “não, aqueles dali não são muito gente boa não”...

Tauane: Todos legais sim.

Pesquisadora: Tem alguém que ajuda as crianças, alguma pessoa assim, que é legal?

Tauane: Só os meninos que às vezes quando dá pra ajudar, eles ajudam.

Jurema: Qual menino? Os meninos que vendem?

(aceno positivo com a cabeça – por parte de Tauane)

Jurema: Às vezes eles colaboram né?

Pesquisadora: Defendendo as meninas, é isso?

Tauane: Os que vendem drogas às vezes colaboram com uma família aqui, outra ali que “tá” precisando.

Pesquisadora: Ah tá, ajudam.

Jurema: Entendeu?

Pesquisadora: Tem muita gente que vende droga aqui por perto?

Tauane: Tem.

Pesquisadora: Todo lugar né?

Tauane: Na Panair que tem muito.

Pesquisadora: Na Panair, é?

Tauane: Lá onde a gente “tava”.

Pesquisadora: Onde a gente foi né? E você alguma vez já ajudou alguém a vender ou não?

Tauane: Já, uma vez.

Jurema: Sim, porque eles pedem ajuda né? Entrega ali pra mim, leva pra mim né?

Tauane: Unrum. É, ontem eu fiz uma missão aqui pra um, aqui da Panair.

Pesquisadora: Sim. E você tem medo de fazer essas missões?

Tauane: Não, porque eu já “tô” acostumada.

Pesquisadora: Mas me diz uma coisa, tu ganha alguma coisa, eles te dão alguma coisa pra isso?

Tauane: Me dão.

Pesquisadora: Quanto é que tu ganha?

Tauane: O tanto que eu peço eles me dão. Às vezes eu peço 50...

Pesquisadora: E eles dão tudo isso?

Tauane: Dão. Ou se tiver precisando de alguma coisa pra casa ou pra família...

Pesquisadora: Mas e aí se tu disser que não quer ir não, se alguém te pedir pra tu levar ali um negócio e tu disser que não quer ir, e aí? Eles dizem “ah, tá bom então, vou pedir de outra pessoa”?

Tauane: Unrum, é de boa.

Pesquisadora: É assim?

Tauane: É, de boa.

Iberê também experencia situações semelhantes cada vez que cruza com os responsáveis pela venda de drogas na sua rua. O jovem relata como tudo acontece.

Pesquisadora: Mas e aí, tu tem medo de andar por aqui por perto?

Iberê: Não, eu já conheço todo mundo.

Pesquisadora: Todo mundo?

Iberê: Sim. Eles são meus amigos... sempre faço as coisas pra eles porque eu fico com meus amigos lá onde eles “tão”.

Pesquisadora: É? E tu pode contar pra gente o que faz pra eles?

Iberê: Ah, umas missões só. Mas eles me pagam, eu trabalho na verdade pra eles. Quando eles pedem não é de graça.

Pesquisadora: É?

(aceno positivo com a cabeça – por parte de Tauane)

Iberê: É porque tem lugares que eles não podem ir... mas eles ajudam a mamãe também.

O que percebemos, é que a vivência no mundo das drogas não está relacionada diretamente à participação da criança no tráfico, por meio da venda ou transporte, mas também à atividades informais que contribuem para a dinâmica do próprio tráfico. Além disso, a própria exposição da criança aos entorpecentes enquanto circula ou brinca no mesmo perímetro em que ocorre paralelamente o comércio de drogas, já se configura como um contexto de vulnerabilidade social.

De maneira geral, tratar sobre o tráfico de drogas na infância não significa abordar apenas o movimento do tráfico como um fato isolado na vida dessas crianças e adolescentes. A realidade que se apresenta é muito mais ampla e complexa, pois junto com a violação da exploração da criança enquanto mão de obra no tráfico de drogas, há uma série de violações de direitos que vitimizam muitos desses adolescentes, tais como abandono, trabalho infantil, violência física e psicológica, entre outras. É preciso que a sociedade compreenda que “o jovem é destinatário de políticas públicas, assim como seu núcleo familiar ...” (FERREIRA; LIMA, 2020, p. 77) e os mecanismos de proteção social, como os Centros de Referência em Assistência Social (CREAS) e os Conselhos Tutelares são locais de proteção e promoção à vida e ao desenvolvimento humano, instituições que deveriam existir nas comunidades e agir na defesa das crianças e adolescentes como preconiza o ECA.

Além disso, a situação da criminalidade é agravada por um aspecto que deveria ser parte da rede de proteção destes adolescentes, que é a segurança pública, caracterizada neste trabalho como a Polícia Militar. Convencionalmente, este órgão deveria servir à comunidade e proteger não somente as crianças e adolescentes mas todos os cidadãos de modo geral, o que não acontece no local, conforme os relatos apresentados.

Segundo informações das mesmas, determinados personagens desta força atuam na ameaça e violência de crianças e adolescentes, realizando abordagens inapropriadas, com uso excessivo de força física, abuso de autoridade, apropriação indevida de bens e valores encontrados nas residências dos moradores dos bairros, além de outras práticas, que se traduzem em mais um fator de risco para a permanência do público-alvo no ambiente das ruas.

Distante do posicionamento adotado pela antiga conselheira, atua no bairro junto à Polícia Militar, um rapaz conhecido popularmente como “E”, que é famoso pelas ameaças e atitudes mais firmes para com as crianças e adolescentes, sempre portando armas e cometendo agressões físicas contra a comunidade. Quando estava no cargo, a conselheira sempre que podia tentava dialogar com o PM, convidando-o a participar de atividades no Conselho, exigindo atitudes diferentes por parte dele e encorajando a comunidade a não se calar diante da violação de direitos, sempre que esta ocorria.

Pesquisadora: Quê mais que acontece nos becos por aí? Como é que é a polícia aqui Tauane? É uma polícia legal? A polícia já te parou alguma vez pra fazer abordagem?

(aceno positivo com a cabeça – por parte de Tauane)

Jurema: E como eles tratam?

(aceno negativo com a cabeça – por parte da Tauane)

Jurema: Pode falar.

Pesquisadora: Não é uma polícia legal não? O quê que acontece? O quê que eles fazem?

Tauane: Eles põem mais pra “jackar”.

Pesquisadora: De carro? Ah, entendi. Tá vendo, eu tô ligada nas coisas também.

Jurema: O quê?

Pesquisadora: “Mais é pra jackar”, porque as pessoas têm mania de chamar de ”Jack” os “caras” quando querem pegar menina.

Tauane: Mais é o (xxx). Bem aqui, eu e as meninas a gente “tava” vindo bem aqui da casa da outra. Aí a gente “tava” passando, aí ele parou “nós”.

Pesquisadora: Quê que ele queria?

Tauane: Ele queria que... ele perguntou pra onde a gente ia. Aí eu falei que a gente ia pra casa. Ele queria levar “nós” lá, só que a gente não “deixamo”.

Jurema: Por que se vocês entrarem no carro, o quê que ele faz com vocês?

Tauane: Porque ele sempre leva pra lugar longe, não tem?

Jurema: E ele é enxerido, ele faz enxerimento...

Pesquisadora: Isso com as meninas, com os meninos ele gosta de bater né?

Jurema: É...

Tauane: Que nem lá na tia Jurema, ele foi resolver um problema, ela foi resolver um problema com ele, ai ele entrou com a arma lá pra dentro. Tia Jurema brigou com ele.

Pesquisadora: Mas aí Tauane, me diz uma coisa, por que tu acha que a tia Jurema brigou com ele no dia que ele “tava” com a arma lá pra dentro?

Tauane: Porque “tava” cheio de criança lá.

Pesquisadora: Então eu acho que a tia J não acha legal ter um monte de criança por lá e ter uma arma né? Mesmo ele sendo policial né?

Tauane: É... não é bom não.

Com base nessa fala da participante, podemos iniciar a discussão sobre um outro fator de risco encontrado na vivência das ruas, que é a questão da exploração sexual, seja na forma do abuso em si, ou da comercialização de serviços sexuais de crianças. No Amazonas, a proteção a crianças e adolescentes em situação de violência sexual é elemento desafiador, pois há uma cultura que naturaliza as relações sexuais (LEITÃO, 2016); também Fernandez e Silva (2020) apontam que há uma forma naturalizada de se tratar a violência, explicada pelo termo “enxerimento”, que significa na compreensão popular que a vítima (criança ou adolescente) provocaria e instigaria sexualmente o agressor.

A maioria das pesquisas sobre violência sexual apresenta uma menor incidência desta entre os meninos, (não tendo sido citada pelo participante Iberê), fato que pode contribuir para a invisibilidade dessa população e a errônea percepção de que meninos não estão submetidos às situações de violência sexual.

Tauane passou por um acontecimento marcante no tempo em que se encontrava nas ruas e com bastante dificuldade relatou o ocorrido.

Pesquisadora: Tu quer falar sobre isso?

(aceno positivo com a cabeça – por parte de Tauane)

Pesquisadora: Sim? Então me conta, tu queria esse bebê que perdeu? Como conheceu o homem que fez esse bebê?

(pausa)

Tauane: Queria não, mas eu chorei.

Pesquisadora: Tu chorou? Por que?

Tauane: Porque eu já “tava” acostumada, já tinha enxoval... Eu conhecia todo mundo, só não conhecia ele direito.

Jurema: Hã. E ele era...

Tauane: Foi através de eu ficando aí, começando a ficar aí.

Jurema: Ficando aonde?

Tauane: Aí na baixa.

Jurema: Ah, ele fica aí é?

Tauane: Foi trabalhando, começando a ficar aí. E eu nem gostava de ficar aí.

Pesquisadora: Mas você fez a força contigo ou não? Ou vocês estavam namorando?

Tauane: A gente “tava” namorando.

Pesquisadora: E ele soube que tu “tava”, “tava” esperando o bebê?

(aceno positivo com a cabeça – por parte de Tauane)

Jurema: Quê que ele falou?

Pesquisadora: E ele já soube?

Tauane: Soube.

Pesquisadora: Quando ele soube, me diz o quê que... (risos) que agora todo mundo ficou...

Jurema: Agora tem um monte de pergunta.

(inaudível)

Pesquisadora: Conta a história direito. Quando ele soube e aí como foi? Tu contou pra ele, ele descobriu, como é que foi?

Tauane: Descobriu porque ele viu minha barriga.

Pesquisadora: E aí?

Tauane: Mas ele se renegou.

Pesquisadora: O quê que ele disse pra ti?

Tauane: Que não era dele.

Pesquisadora: Mas tu sabia que era né?

Tauane: Todo mundo sabia que era dele.

Pesquisadora: E depois que tu perdeu, tu contou pra ele? Ou tu não sabe, não fala mais com ele?

Tauane: Falo mais com ele não.

Pesquisadora: Não fala mais com ele? Não tem mais contato?

(aceno negativo com a cabeça – por parte da Tauane)

(pausa)

Pesquisadora: Tá acabando tá? Ela não tem mais contato com ele. “Cê” ficou com raiva dele?

Tauane: Foi, ele tentou falar comigo, eu não falo mais com ele.

Pesquisadora: Mas tu ainda encontra ele, tu vê ele por aí em algum lugar?

Tauane: Eu vejo ele todo dia.

Jurema: E você gostava dele ou não?

Tauane: Gostava. Depois fui criando nojo da cara dele. Aí agora que eu evolui mais ele quer “tá”... atrás de mim.

Jurema: Você tá mais bonita né?

(aceno positivo com a cabeça – por parte de Tauane)

Pesquisadora: E você quer ou não?

(pausa)

Tauane: Não.

O episódio contado por Tauane nos remete ao quanto a exploração sexual pode se configurar com um fator de risco extremamente danoso às vítimas, principalmente quando leva à problemas como a aquisição de DST's e gravidez precoce. Além destes, vítimas desse tipo de violência constantemente apresentam problemas de ordem emocional e psicológica.

A exploração sexual se constitui como uma das formas de violência sexual, podendo ser feita através da comercialização de serviços, abuso sexual, incesto, estupro, entre outros. Sendo praticado comumente por alguém de sua confiança, esse tipo de exploração, quando cometido contra jovens assume contornos criminais, ainda que haja “consentimento aparente”.

Partindo das premissas apresentadas para a análise das conversações e dos objetivos específicos deste estudo, elaboramos algumas análises para respondê-los e melhor compreender os adolescentes participantes do estudo. O quadro ilustrativo a seguir, revela os componentes sociais encontrados no ambiente pesquisado, demonstrando que são fatores de risco e proteção que se misturam e dinamicamente fazem parte da vivência nas ruas. Esse quadro revela alguns dos fatores de risco e proteção que permeiam a subjetividade do adolescente que vive na rua.

Componente social	Fatores protetivos	Fatores de risco
Fragilidade nos cuidados por parte da família, devido a aspectos culturais e socioeconômicos		X
Convívio com o uso de álcool e drogas em casa		X
Dificuldades financeiras		X
Existência de amigos e pares	X	
Presença do Conselho Tutelar	X	
Órgãos e instituições parceiras do Conselho Tutelar	X	
Cuidados da comunidade	X	
Polícia Militar		X
Facções criminosas		X
Tráfico de drogas		X
Exploração sexual		X
Falta de políticas públicas e atividades de lazer		X
Estereótipos e papéis sociais		X

Quadro ilustrativo: Fatores protetivos e de risco - componentes sociais percebidos

Em termos de análise é importante salientar que a divisão criada anteriormente possui fins de classificação, sendo em sua maior parte demonstrativa do pensamento do sendo comum, mas também deriva do trabalho analítico e interpretativo da pesquisadora.

Contudo, como identificado não só na literatura visitada (Gonzalez Rey, 2004; Nascimento, Sampaio e Vasconcelos, 2020), mas principalmente nas informações adquiridas no decorrer da pesquisa, os fatores citados não são estáticos e seu impacto dependerá do contexto no qual o sujeito investigado estará inserido.

Como exemplos, temos a presença do Conselho Tutelar, apontada em um elevado número de estudos como repressora e punitiva, ou seja, o oposto do verificado neste trabalho, no qual é um dos mais presentes e importantes fatores protetivos.

Por outro lado, temos o trabalho da Polícia Militar, até então visto como fornecedor de segurança e assegurador de direitos, o que também não ocorre no lugar estudado.

Outro fator entendido pela maior parte da população como de risco é visivelmente reconhecido pelos adolescentes como protetivo: a relação estabelecida com os traficantes locais, que proporcionam diversos benefícios aos mesmos, sendo o mais significativo para elas a proteção em relação à ameaças de outros grupos.

Vimos também que há significado nas relações, pois ao longo de toda a pesquisa na comunidade que as relações humanas construídas são importantes para a formação humana e para a subjetividade de cada sujeito que lá habita.

Sobre os níveis de responsabilização pela vivência nas ruas que tentamos identificar, vimos que muitos são os mecanismos sociais e as pessoas envolvidas e que se faz necessário que o governo atue na implantação de políticas públicas que funcionem na comunidade, sabemos que no Brasil, as famílias, as crianças e os adolescentes que vivem na pobreza são responsabilizados e sofrem marginalização e preconceito pela condição na qual se encontram (PINI E SILVA, 2020), uma punição que esconde a carência de políticas públicas que priorizam os direitos humanos e uma sociedade mais igualitária.

Mecanismos como os Conselhos Tutelares, sem a interferência de corrupção nas eleições (como soubemos que houve na comunidade) e que os conselheiros atuem como tutores de resiliência, exercendo o papel de defender os direitos das crianças e adolescentes. A premissa do ECA (1990) é a proteção integral da criança e do adolescente e com a defesa dessa premissa é que esses sujeitos podem se desenvolver melhor, ter acesso à educação, uma convivência familiar mais saudável e promotora de afetos que enriquecem a vida e que também mobilizam para a luta e sobrevivência na sociedade.

Outro dispositivo que é indicado para a atuação nas comunidades são os CREAS (Centros de Referência Especializados em Assistência Social), que podem colocar em prática a política de assistência social por meio do SUAS (Sistema único de Assistência

Social) com a missão de organizar e operacionalizar políticas públicas voltadas para a assistência social e com o olhar para as pessoas como cidadãos e com uma postura não assistencialista, com o compromisso de favorecer o protagonismo frente as violações de direitos, preservando a defesa dos direitos humanos e favorecendo a participação popular na comunidade (PINI E SILVA, 2020, SILVA, 2020).

Reafirmamos, portanto, a importância de que os estudos sociais se deem de maneira complexa, considerando todos os agentes envolvidos e suas perspectivas, entendendo os fatos sociais como processos dialéticos e transitórios.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RUA ENQUANTO ESPAÇO DE SUBJETIVAÇÃO

Durante muito tempo, a rua foi considerada exclusivamente como um espaço de miséria e violência, remetendo à pessoas que se encontravam em situação de abandono ou criminalidade. Os resultados desta pesquisa reafirmam a necessidade de que haja a superação desta perspectiva, bem como a ampliação do conceito deste termo. A rua enquanto local de socialização, deve ser compreendida como um espaço de capacidade humana e de transformação, onde são construídas práticas de autoconhecimento, estabelecimento de vínculos, demonstração de afetividade e ressignificações de vivências – aspectos de sua subjetividade e humanidade.

Não podemos contudo, ignorar a desigualdade estrutural em que vivem estas pessoas. Se os fatores de resiliência são construídos na configuração de uma rede de apoio, há que se estar atento para as ausências de políticas públicas, discriminação e preconceito, que também obstaculizam a superação desta condição de estar na rua.

Apesar dos diversos fatores de risco que a rua pode oferecer, como a falta de segurança, o abandono de familiares, alimentação inadequada, entre outros, pudemos constatar que os entrevistados, cada um do seu modo, se utilizam de diferentes estratégias para lidar com as adversidades. Mas podemos chamá-los de resilientes?

Para Boris Cyrulnik (2015), resiliência não é uma receita de felicidade. É uma estratégia de luta contra a infelicidade, que permite conseguir o prazer de viver, apesar do murmurar dos fantasmas no fundo da sua memória. Sendo assim, é válido dizer que cada ato de sobrevivência em meio ao contexto no qual essas pessoas vivem já se configura como um movimento resiliente em relação à vida.

Mesmo diante de condições de vida precárias e das violações de direitos sofridas, a solidariedade e a valorização da família, da educação e do trabalho seguem presentes no cotidiano destes sujeitos. Eles parecem ser capazes de visualizar perspectivas futuras para além da rua e de construir formas de se relacionar com o mundo que não sejam perpassadas exclusivamente pelo abandono e pela violência, mas pelo viés da proteção e da criação de vínculos.

Como apontamentos e sugestões a partir das discussões apresentadas ao longo desta pesquisa, destacam-se a necessidade de maior articulação em rede e do desenvolvimento de um trabalho intersetorial e interdisciplinar capaz de assegurar a promoção e a proteção integral de crianças e adolescentes que vivenciam esta realidade e a ampliação do orçamento público destinado a essas ações, assim como uma maior

participação da sociedade civil organizada neste debate. Além disso, recomenda-se a produção de dados e de estudos voltados para a compreensão do fenômeno e para o aprimoramento da ação dos órgãos competentes, tanto no que se refere à elaboração, quanto à implementação e o monitoramento de políticas.

As recomendações também se voltam para os profissionais envolvidos no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. A importância do cuidado e da escuta, da contínua formação pessoal e capacitação profissional e da criação de espaços de discussão e supervisão sistemáticas são alguns elementos apontados como capazes de transformar as situações de trabalho e aprimorar o atendimento ofertado.

Outra questão que merece destaque é a importância da participação de crianças, adolescentes e jovens na construção e execução de propostas referentes ao seu atendimento. Neste sentido, é necessário criar espaços de participação e decisão através dos quais esses sujeitos possam expressar suas demandas e se tornar agentes nas decisões que versam sobre suas vidas. Iniciativas que oportunizam o exercício da cidadania e o protagonismo, assim como a reinserção social e a construção de projetos de vida são fundamentais.

Por fim, destaca-se a importância do investimento nas famílias e comunidades de origem de crianças e adolescentes em situação de rua, como uma estratégia de fortalecer suas bases de apoio nestes contextos. As violações de direitos permanecem frequentes entre estes sujeitos que transitam entre a casa, as ruas e as diferentes instituições de acolhimento e/ou privação de liberdade. Assim, torna-se fundamental a busca pela formulação, pela implementação e pelo monitoramento de políticas públicas efetivas, capazes de assegurar que crianças e adolescentes em situação de rua recebam proteção do estado e adquiram visibilidade na agenda política do país.

Na fase de término desta dissertação, também pretendemos delinear algumas limitações encontradas ao longo deste estudo, como um entrave inicial encontrado ainda na fase da elaboração do projeto: a falta de estudos locais sobre o tema abordado, o que gerou dificuldades na consolidação do material apresentado na revisão de literatura.

Na fase de ida ao campo/comunidade pesquisada, o principal obstáculo encontrado foi a existência da pandemia da COVID-19, que exigiu a reformulação dos procedimentos metodológicos da pesquisa, isto é, a diminuição de sujeitos para as conversações e inseriu o fator saúde, requerendo cuidados específicos de higiene e de relacionamento com os demais. Mas, não impedindo o relacionamento e a troca de vivências e sorrisos por trás das máscaras de proteção.

Outra limitação encontrada, foi a ausência de um número maior de participantes, que nos impossibilitou de responder perguntas que surgiram com o desenvolvimento do trabalho, como por exemplo, se os adolescentes do sexo masculino também se tornam vítimas de violência sexual. Como exemplo disto, temos a questão da exploração sexual, que foi levantada durante a entrevista com a participante do sexo feminino, que não foi constatada como existente no participante do sexo masculino e não pôde ser investigada de maneira mais ampla.

Vale ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a quantidade de sujeitos participantes neste trabalho foi suficiente e passível de análise. Em trabalhos futuros, esse questionamento pode ser sanado através de um estudo com outro delineamento.

Uma outra sugestão importante refere-se à possibilidade de estudos longitudinais com esse público específico, a fim de compreender de que maneira, ao longo do desenvolvimento dos participantes, os diversos fatores encontrados transitam entre protetivos e de risco.

Ao final desses dois anos de pesquisa, continuo acreditando que não esgotei os questionamentos acerca dos processos de resiliência desenvolvidos por jovens que vivem em situação de rua, nem tão pouco sobre a justificativa pela qual fatores tão explicitamente reconhecidos como de risco não são minimizados por quem poderia fazê-lo.

Além disso, o fazer acadêmico me possibilitou adquirir um olhar que está para além do senso comum. No processo de investigação e de construção do conhecimento, pude enxergar situações de vulnerabilidade invisíveis a olho nu, mas que de maneira excludente levam diversas pessoas à privação de direitos, muitas vezes até desconhecidos por elas.

Durante esse período específico pude vivenciar sentimentos contraditórios: conquista e frustração, medo e coragem e, sobretudo, gratidão e ao mesmo tempo insatisfação. A inevitável sensibilização diante das realidades vistas, se opõe ao previsto pelo viés da ciência tradicional, que não permite que a afetividade se entrelace às “verdades” obtidas, mas diante dos relatos ouvidos, a pesquisadora considera que mais do que um espaço para identificar as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos adolescentes, o momento das narrativas de vida se tornaram um lugar de fala, permeado por vivências, conflitos e possibilidades.

Finalizo esse trabalho reafirmando a vontade de estar entre a parcela dos fatores que tornam essa realidade mais protetiva e de contribuir ao máximo para o fortalecimento dessa rede de apoio.

REFERÊNCIAS

ANGST, R. **Psicologia e Resiliência: Uma revisão de literatura**. *Psicol. Argum.*, Curitiba, V. 27, n. 58, p. 253-260, jul./set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/viewFile/.../19509> . Acesso em 16 de janeiro de 2021.

ALVES, M. C.; SEMINOTTI, N. **O pequeno grupo e o paradigma da complexidade em Edgar Morin**. *Psicologia - USP*, São Paulo, V. 17, n. 2, p. 113-133. Junho, 2006 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000200006&lng=en&nrm=iso . Acesso em 18 de agosto de 2020.

AMAZONAS. [Governo do Estado (2017)]. **Censo das pessoas em situação de rua em Manaus**. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em: <http://www.amazonaIberêam.gov.br/2017/12/centso-da-sejusc-registra-outras-106-pessoas-em-situacao-de-rua-no-centro-de-manaus-que-serao-atendidas-pelo-governo-do-amazonas/>. Acesso em 09 de novembro de 2019.

ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. **Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BERNARDI, D. C. F. **Medidas de proteção e o direito à convivência familiar e comunitária** (p. 82-96). In: FAVERO, E. T.; PINI, F. R.O.; SILVA, M. L. O. (Orgs). *ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez Editora, 2020.

BOCK, A. M. **A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual**. *Psicologia America. Latina* [online]. Ed. fevereiro de 2004, no.1 Disponível em: www.pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 10 de setembro de 2020.

BRANDÃO, J. M; MAHFOUD, M; GIARDONOLI- NASCIMENTO. **A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens**. *Paidéia*, maio-ago. Vol. 21, nº 49, p. 263-271, 2011. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2011000200014&script=sci_abstract . Acesso em 17 de janeiro de 2021.

BRASIL. [Casa Civil]. **Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Brasília, 2009.

BRASIL. [CONEP]. **Orientações para condução de pesquisas e atividade dos cep durante a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-COV-2 (COVID-19)** Brasília, 09 de maio de 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 24 de dezembro de 2020.

BRASIL. [Diário Oficial da República Federativa do Brasil(1990)]. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do

Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 16 de julho de 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266 . Acesso em 18 de janeiro de 2021.

BRASIL. [Ministério da Saúde (2012)]. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis>. Acesso em 26 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Portaria nº 30, de 07 de julho de 2005. Institui o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde, define suas atribuições, composição e coordenação.** Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2005/prt0030_07_07_2005.html. Acesso em 04 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep>. Acesso em 19 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.** Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep>. Acesso em 19 de dezembro de 2020.

CASTEL, R. **As armadilhas da exclusão social** (p.17-50). In: Castel R.; Wanderley M. Desigualdade e a questão social. 2ª ed. São Paulo: Educ; 2004.

CHAUÍ, M. **Apresentação: os trabalhos da memória.** In BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CRESWELL, J. W. **Desenho da pesquisa: Abordagens qualitativas, quantitativas e de métodos mistos (2ª ed.).** Thousand Oaks, CA: Sage, 2003. .

CYRULNIK, B. **Os patinhos feios.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CYRULNIK, B.; CABRAL, S. **Resiliência: ações pela reinstauração de um futuro** (p. 19-35). In: Coimbra, R. M.; Morais, N. A. (orgs) A resiliência em questão: perspectivas teóricas, pesquisa e intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2015.

ECKER, D. **Crianças em situação de rua: malabares da exclusão.** Ciências Psicológicas, 2017; 11 (2): 139 – 148 doi: 10.22235/cp.v11i2.1483. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6213264> . Acesso em 19 de janeiro de 2021.

FAVERO, E. T.; PINI, F. R.O.; SILVA, M. L. O. (Orgs). **ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes.** São Paulo: Cortez Editora, 2020.

FERNANDEZ, C. B.; SILVA, S. E.P. **Acompanhamento especializado de adolescentes em situação de violência sexual na cidade de Manaus** (p. 511-531). Ver. Políticas Públicas, vol. 24, n 02, 2020.

FERREIRA, E. D. S.; LIMA, M. C. **O sistema de justiça na relação com o SINASE: direito versus justiça.** In: Pessoa, A. S. G.; Coimbra, R. M. Fatores de Risco no Contexto de Adolescentes Envolvidos no Tráfico de Drogas. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 119-141, 2020. doi:10.12957/epp.2020.50793. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/50793/33563> . Acesso em 20 de janeiro de 2021.

FIOCRUZ. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia de Covid-19: recomendações gerais - 2020.** Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%3%bade-Mental-e-Aten%3%a7%3%a3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%3%a7%3%b5es-gerais.>>. Acesso em 25 de abril de 2020.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

GONZALEZ REY, F. L. **Epistemología cualitativa y subjetividad.** La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 1997.

GONZALEZ REY, F. L. **O pensamento de Vigotsky: contradições, desdobramentos e desenvolvimento.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 2015.

GONZALEZ REY, F. L. **O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica.** In: GONZALEZ REY, F. L. (Org). *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia.* São Paulo: Thompson, 2005.

GONZALEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GONZALEZ REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade. Uma aproximação histórico-cultural.** São Paulo, 2007.

GONZALEZ REY, F. L. **Subjectivity in communication: development of personality.** In: Branco, A. e Valsiner, J. (eds.). *Communication and metacommunication in human development.* Connecticut, Information Age Publishing, 2009.

GONZALEZ REY, F. L. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural.** São Paulo: Thomson Learning, 2003.

GONZALEZ REY, F. L.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. **El desarrollo de la subjetividad: una alternativa frente a las teorías del desarrollo psíquico.** *Papeles de Trabajo sobre Cultura, Educación y Desarrollo Humano*, 2017 - 13(2), 3-20.

GROTBERG, E. H. **Introdução: novas tendências em resiliência.** In: MELILO, A.; SUAREZ, OJEDA E. N (orgs) *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas.* Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, p.15-22, 2005.

GUIMARÃES, N. A.; PAUGAM, S.; PRATES, I. **Laços à brasileira: desigualdades e vínculos sociais.** *Tempo Social, [S.l.]*, v. 32, n. 3, p. 265-301, 2020. DOI: 10.11606/0103-

2070.ts.2020.174291. Disponível em: www.revistaiberêusp.br/ts/article/view/174291 . Acesso em 25 de janeiro de 2021.

HUTZ, C.; KOLLER, IBERÊ **Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua.** Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 2, n. 1, p. 175-197, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100011&lng=en&nrm=iso . Acesso em 18 de janeiro de 2021.

INSTITUTE, JOANNA BRIGIBERÊ *Joanna Briggs Institute reviewers manual: 2011 edition.* Australia, 2011.

JULIANO, M. C. C; YUNES, M. A. M. **Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência.** Ambiente & Sociedade. São Paulo. Vol.17, n.3, jul.-set, p.135-154, 2014. ISSN 1809-4422. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009> . Acesso em 17 de janeiro de 2021.

KOLLER, S. **Ecologia do desenvolvimento humano pesquisa e intervenção no Brasil.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KOLLER, S.; LISBOA, C. **Brazilian approaches to understanding and building resilience in at-risk populations.** Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North América, 2007 - 16 (2), 341-356.

KOSHINO, P. **A aprendizagem e as interações em um treinamento a distância.** (2010). 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

LEMOS, F. C. S. **História, Cultura e Subjetividade: Problematizações** [Versão eletrônica]. Revista do Departamento de Psicologia-UFF V. 19 (1), p.61-68, jan/jun, 2007.

LIMA, A. M. E. D; SANTOS, J. A. S.; PÓVOA, L. G. S. **Teaching identity: From subjectivity to complexity.** Braz. J. of Develop. Curitiba, v. 6, n.6,p.33078-33092,2020., 2001.

LUTHAR, S. **Annotation: methodological and conceptual issues in research on childhood resilience.** Journal of Child Psychology and Psychiatric, 1993 - 34 (4), 441-453.

MARTINEAU, S. **Rewriting resilience: a critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to kids at risk,** 1999. 269 p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de British Columbia, Vancouver, CA.

MATIAS, H. J. D. **Sedução e descaminho: Narrativas e identidades de jovens em situação de rua.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 543-551, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300014> . Acesso em 20 de janeiro de 2021.

MITJÁNS MARTÍNEZ, A.; REY GONZALEZ, F. L.; PUENTES, R. V. (Org). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e**

saúde. EDUFU, 2019. Disponível em: www.edufu.ufu.br . Acesso em 19 de janeiro de 2021.

NASCIMENTO, B; SAMPAIO, C.; VASCONCELOS, B. **Resiliência: notas epistemológicas, teóricas e críticas.** Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital) 814 Vol XXV, número 2, jul-dez, 2020, pág.814-845.

OJEDA, E. N. S. **Uma concepção Latino-Americana: A resiliência comunitária.** In: MELILO, A.; SUAREZ, O. E. N. Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, p.47-57, 2005.

OLIVEIRA, L. A. **Biontes, Bióides e Borgues.** In: NOVAES, A. (org). O homem máquina. A ciência manipula o corpo. São Paulo: Cia. das Letras. p.139-173, 2003.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. **Ações críticas de preparação, prontidão e resposta à COVID-19.** Orientação provisória: 16 de março de 2020. OPAS: Washington; 2020.

PESCE, R.; ASSIS, S.; SANTOS, N.; OLIVEIRA, N. Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 20(2), 135-143, 2005.

PESSOA, M. 2014. **A história do bairro Educandos.** Disponível em: <https://noamazonaseassim.com.br/historia-do-bairro-educandos/> . Acesso em 17 de dezembro de 2020.

PIMENTA, S.; CALDAS, R. **Estudo introdutório sobre desenvolvimento da percepção infantil em Vigotski.** Gerais, Rev. Interinst. Psicol, Juiz de fora , v. 7, n. 2, p. 179-187, dez. 2014 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000200006&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 18 de janeiro de 2021.

PINHEIRO, D. P. N. **A resiliência em discussão** Psicologia em estudo, Maringá. 2004 – v. 9, n 1, p. 67-75.

RAINBOW D.; RAINBOW R. **Biopower Today.** BioSocieties, 2006.

RIBEIRO, M. A.; UVALDO, M.C.C.; FONÇATI, G.; AUDI; D.A.; AGOSTINHO, M.L.; MALKI, Y. **Ser adolescente no século XXI** (p. 13-23). In: LEVENFUS, R.S. (Org). Orientação Profissional e de Carreira em contextos clínicos e educativoIberê Porto Alegre: ARTMED, 2016.

RIZZINI, I. **A Criança e a Lei no Brasil.** Rio de Janeiro: USU, 2000.

RUTTER, M. **La resiliencia: Consideraciones conceptuales.** Journal of Adolescent Health, 1993 - 14(8), 690- 696.

SARAIVA, J. B. **Direito Penal Juvenil – Adolescente e Ato Infracional. Garantias Processuais e Medidas Socioeducativas.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SERRA, P. M.; BICUDO, M. de C. **Desigualdades e laços sociais: por uma renovação da teoria do vínculo: Entrevista com Serge Paugam.** Plural, [Sl.], v. 26, n. 1, p. 208-232, 2019. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2019.159915. Disponível em: www.revistas.usp.br/plural/article/view/159915 . Acesso em 25 de janeiro de 2021.

SICARI, A.; ZANELLA, A. **Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática.** Psicol. cienc. prof. Brasília, v. 38, n. 4, p. 662-679, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000500662&lng=en&nrm=iso . Acesso em 18 de janeiro de 2021.

SILVA, I. R. ET AL. **Vivências de protagonismo socioambiental por jovens: implicações na constituição do sujeito ético-político.** Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 617-621, junho de 2018. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000200004&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 27 de janeiro de 2021.

SOMMERMAN, A. **Inter ou Transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2006.

STOCHERO, A. D.; DIAS, C. N.; BOER, N. **O paradigma da complexidade e a metodologia de projetos: um estudo de revisão teórica.** Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 20, n. 1, p. 23-33, 2019.

UNGAR, M. **A constructionist discourse on resilience: multiple contexts, multiple realities among at-risk children and youth.** Youth and Society, 2004 – v. 35, n. 3, 341-365.

UNICEF. **Situação da infância brasileira.** Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2006.

VÉRAS, M. P. B. (2003). **DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo.** São Paulo, EDUC.

VÉRAS, M. P. B. (2000). **Trocando olhares, uma introdução à construção sociológica da cidade.** São Paulo: Studio Nobel Ed.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (7ª ed.).** São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Originalmente publicado em 1931)

VIGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.** In: VYGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.). Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1978.

VIGOTSKI, L. S. **Formação social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 4ªed.1991.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia (2a ed.).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

YUNES, M. A. M; SYMANSKY, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas.** In: TAVARES, José (org.). Resiliência e Educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p.13-42, 2001.

ANEXOS



CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENTRE VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA: RISCO, PROTEÇÃO E SUBJETIVIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES MORADORES DE RUA EM

Pesquisador: Larissa Cristina Nascimento
de Souza **Área Temática:**

Versão: 3

CAAE: 24341019.6.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.813.665

Apresentação do Projeto:

Adequado.

Objetivo da Pesquisa:

Adequado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Adequado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está de acordo com a resolução 466/12, portanto, está aprovado por este CEP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Página 01 de 02

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1425562.pdf	18/12/2019 21:25:50		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_cep.docx	18/12/2019 21:24:34	Larissa Cristina Nascimento de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_cep.docx	18/12/2019 21:24:11	Larissa Cristina Nascimento de Souza	Aceito

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_OFICIAL.docx	10/10/2019 10:28:23	Larissa Cristina Nascimento de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Carta_apresent.pdf	10/10/2019 10:22:19	Larissa Cristina Nascimento de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Consent_tutel.pdf	10/10/2019 10:20:12	Larissa Cristina Nascimento de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Anuen_cspa.pdf	10/10/2019 10:19:39	Larissa Cristina Nascimento de Souza	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_cep.pdf	10/10/2019 10:17:54	Larissa Cristina Nascimento de Souza	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 28 de Janeiro de 2020

Assinado por:**Eliana Maria Pereira da Fonseca****(Coordenador(a))****Endereço:** Rua
Teresina, 495**Bairro:** Adrianópolis**UF:** AM **Município:****CEP:** 69.057-070**Telefone:** (92)3305-
1181

MANAUS

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade de Psicologia
Centro de Serviços de Psicologia Aplicada



TERMO DE ANUÊNCIA DO CSPA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com o atendimento psicológico, caso necessário, dos participantes da pesquisa intitulada **“Entre vulnerabilidade e resiliência: risco, proteção e subjetividade em crianças e adolescentes moradores de rua em Manaus”**, sob a orientação da Profa. Dra. Gisele Cristina Resende, a ser desenvolvida pela acadêmica **Larissa Cristina Nascimento de Souza**, em projeto vinculado ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, o qual terá o apoio deste Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA).

Manaus, 27 de setembro de 2019.

Prof. Dra. Lídia Rochedo Ferraz
Psicóloga Responsável



Universidade Federal do Amazonas
Faculdade de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicologia

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Estamos realizando uma pesquisa intitulada: *“Entre vulnerabilidade e resiliência: risco, proteção e subjetividade em crianças e adolescentes moradores de rua em Manaus”*, que será desenvolvida como atividade de Mestrado da psicóloga Larissa Cristina Nascimento de Souza sob orientação da Profa. Dra. Gisele Cristina Resende, do Departamento de Psicologia da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas. Esta pesquisa pretende compreender o processo de resiliência de crianças e adolescentes que vivem na rua e os fatores de risco e proteção envolvidos nessa situação de vulnerabilidade em nossa cidade.

Com esta finalidade, gostaríamos de contar com a colaboração de sua instituição para participar desta pesquisa. As atividades serão realizadas individualmente e no ambiente natural em que os participantes serão abordados, sendo utilizado o método chamado de história de vida, na qual o pesquisador escuta, por meio de várias entrevistas não diretivas, o relato da história de vida de alguém que a ele se conta e os registros serão feitos através de diários de campo. Essa atividade deverá demorar em torno de 40 minutos, implicando em risco mínimo aos participantes da pesquisa, visto que poderão experimentar alguma indecisão frente às escolhas a serem realizadas nessas tarefas.

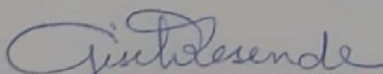
Ao final do processo de análise de dados, poderão ser apresentados, sob a forma de palestras, os resultados gerais aos interessados, podendo estimular debates, assim como a reflexão sobre a temática. Os resultados dessa pesquisa serão utilizados em publicações científicas e apresentações em congressos. Os participantes desse estudo não serão identificados, garantindo-se a preservação do sigilo de sua identidade, pois os resultados serão tratados de forma coletiva, caracterizando o conjunto de adolescentes avaliados.

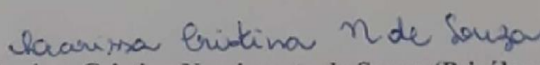
Nossa atuação dar-se-á da seguinte forma: a pesquisadora acessará os adolescentes da faixa etária de interesse no projeto, a partir da identificação nos locais visitados, fornecendo-lhes em seguida as informações sobre a pesquisa e entregando, aos que se mostrarem interessados, o Termo de Assentimento e/ou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos responsáveis identificados.

Em seguida, a pesquisadora combinará com participantes uma data para realizar a atividade, ou a fará na mesma ocasião, caso haja possibilidade. Nesse contato, que durará cerca de 40 minutos, a pesquisadora fará uma breve conversa com cada adolescente e fará uso dos instrumentos citados para o levantamento de dados. As informações são confidenciais e somente serão utilizadas para investigação científica, sem nenhuma identificação das pessoas que as forneceram.

A cooperação de seu estabelecimento será muito valiosa e imprescindível para que os objetivos desse estudo sejam alcançados. Participar do estudo será uma contribuição voluntária, sem oferecer qualquer pagamento pelas atividades realizadas. A colaboração nessa pesquisa poderá ser uma forma de contribuir para a construção de conhecimentos a respeito da situação investigada, além de garantir e assistir os direitos dos público. Desde já, agradecemos a atenção dispensada.

Cordialmente,


Prof. Dra. Gisele Cristina Resende


Larissa Cristina Nascimento de Souza (Psicóloga – CRP 20/06721)

Av. Rodrigo Otávio, 6200 – Setor Sul – Campus Universitário – Bloco X
Coroado CEP - 69080-900 - Manaus – AM

Telefone: (92) 3305-1181

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DO
CONSELHO TUTELAR PARA A PESQUISA

Eu, Danielle Rimenta dos Santos,

RG 1715779-0, abaixo assinado, na função de
Conselheira Tutelar da Instituição

Conselho Tutelar da Zona Sul II,

declaro estar de acordo com a realização do projeto de pesquisa anteriormente referido, aceitando que seja utilizado o banco de dados desta Instituição a fim de buscar as informações necessárias à identificação de eventuais voluntários para a mesma. Autorizo também que a psicóloga responsável pelo projeto entre em contato com os adolescentes desta zona, para lhes propor o trabalho e, aos que consentirem, realizar a pesquisa.

Diante do exposto, assino o presente termo, enquanto representante da Instituição, declarando o consentimento livre e esclarecido para esta pesquisa.

Manaus, 26 de setembro de 2019 .

Danielle Rimenta dos Santos

Assinatura e carimbo do Representante Institucional



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES MORADORES DE RUA EM MANAUS” desenvolvida pela psicóloga Larissa Cristina Nascimento de Souza, sob orientação da Profa. Dra. Gisele Cristina Resende e Profa. Dra. Suelly A. do Nascimento Mascarenhas.

Seus responsáveis permitiram que você participe e estamos estudando o processo de resiliência de crianças e adolescentes que vivem na rua e os fatores de risco e proteção envolvidos nessa situação de vulnerabilidade. Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. As crianças que irão participar desta pesquisa têm de 5 à 18 anos de idade.

A pesquisa será feita no ambiente de moradia em que você se encontra e você só precisará responder à algumas perguntas feitas pela equipe. Para isso, será usado gravador de voz e serão feitas anotações em um diário de campo. O método utilizado é considerado seguro mas é possível que ocorra algum incômodo ou sentimento negativo e para isso estaremos à disposição para resolver qualquer situação. Por outro lado, também poderão acontecer coisas boas como melhoria na qualidade de vida de crianças na mesma situação que você, além da garantia de seus direitos.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados e apresentados em ambiente acadêmico, mas sem identificar as crianças que participaram.

=====

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado pai e/ou responsável, seu dependente está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES MORADORES DE RUA EM MANAUS”** desenvolvida pela psicóloga Larissa Cristina Nascimento de Souza, discente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da **Profa. Dra. Gisele Cristina Resende e Profa. Dra. Suely A. do Nascimento Mascarenhas.**

O objetivo central do estudo é Compreender o processo de resiliência de crianças e adolescentes que vivem na rua e os fatores de risco e proteção envolvidos nessa situação de vulnerabilidade e o convite a sua participação se deve ao fato de possuir de 5 à 18 anos, residir nas ruas há pelo menos 3 meses, se enquadrando portanto nos critérios de inclusão desta proposta.

A participação do mesmo é voluntária e não haverá qualquer tipo de remuneração financeira ou ressarcimento, porém, conforme a Resolução CNS nº 466 de 2012, todos os participantes da pesquisa possuem assegurados o direito a pedir indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa. Ressaltamos que você e seu dependente têm plena autonomia para decidir se querem ou não participar, bem como de se retirarem a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir com a participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas pelo jovem/adolescente e qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A contribuição do participante consistirá em responder os seguintes instrumentos apresentados pela pesquisadora: questionário sociodemográfico e uma entrevista com perguntas abertas, comprometendo-se em ser o mais transparente possível quanto ao conteúdo. Serão realizados como registro dos encontros gravações de áudio e anotações em diário de campo, conforme seu consentimento. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora, e do questionário aproximadamente trinta minutos. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é que espera-se que a partir da realização dessa pesquisa o público-alvo seja inserido num contexto de problematização e fala, acerca da violação de direitos humanos e exclusão social sofridas, além de resolver ou minimizar uma questão de saúde e proporcionar discussão e (re)elaboração das políticas públicas existentes, ineficazes e higienistas, visando cumprir de maneira satisfatória e humanizada as garantias constitucionais de dignidade da pessoa humana e do direito à moradia, então responsabilidade do Estado e sociedade.

De acordo com a Resolução CNS 466/12, item V, toda pesquisa com seres humano envolve riscos em tipos e gradações variadas, sendo estes definidos pelo item II.22 da mesma resolução, como "possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente". Ainda que se trate apenas de uma investigação feita através de questionários e entrevistas, eventualmente poderão ocorrer incômodos ou constrangimentos por parte do entrevistado durante sua participação na obtenção dos dados. Caso isto ocorra, a pesquisadora suspenderá a aplicação dos instrumentos, prestando-lhe assistência imediata objetivando seu bem-estar, encaminhando-o se necessário ao Centro de Serviços de Psicologia Aplicada, da Faculdade de Psicologia, localizado no Bloco X, setor sul do Campus da Universidade Federal do Amazonas. Os telefones e e-mail para contato são: (92) 3305-4121/ (92) 99314-4121/ cspapsicologiaufam@gmail.com.

Este termo será redigido em duas vias, sendo uma para o participante e seu responsável e outra para o pesquisador e todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – CEP/UFAM. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua

integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade. O CEP/UFAM fica localizado na Escola de Enfermagem de Manaus, sala 07, na rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM. Os telefones para contato são (92) 3305-1181 - ramal 2004 e (92) 9171-2496, e os e-mails são cep@ufam.edu.br - cep.ufam@gmail.com.

Larissa Cristina Nascimento de Souza – Psicóloga CRP20/06721

Telefones: (92) 99426-2819/ (92)98419-5568 – Email: larissacndlberêpsi@gmail.com

Profa. Dra. Gisele Cristina Resende – Telefone: 981425336
– Email: gisele.resendefs@gmail.com e **Profa. Dra. Suely A. do Nascimento Mascarenhas** - Telefone: 069 92846767 – Email: suelymascarenhas1@gmail.com.

=====

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Declaro que entendi os objetivos e condições da participação do meu dependente na pesquisa e concordo com a mesma.

_____/____/____
(Assinatura do pai/responsável pelo participante da pesquisa)